



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

- 1 - ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 – PROJETO DE LEI Nº 4.551/2013**
- 2 - ESSENCIALIDADES DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2012-2015 – PROJETO DE LEI Nº 4.550/2013**
- 3 - ATAS**
  - 3.1 - 73ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
  - 3.2 - Reunião de Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 4.1 - Plenário
  - 4.2 - Comissões
- 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO - 2014

### ESSENCIALIDADES DO PROJETO DE LEI Nº 4.551/2013

#### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 61, inciso I, da Constituição do Estado e observado o disposto no art. 207 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades do projeto de lei relativo à proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2014, encaminhado por meio da Mensagem nº 538/2013, publicada em 3/10/2013.

1º Quadro – Demonstrativo Consolidado – Orçamento Fiscal

2º Quadro – Receita Corrente Líquida

3º Quadro – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

4º Quadro - Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

5º Quadro – Demonstrativo da Participação Percentual de Pessoal na Receita Corrente Líquida

6º Quadro – Demonstrativo da Participação Percentual de Pessoal na Receita Corrente Líquida (metodologia TCE/MG)

7º Quadro – Investimentos por Empresa Segundo Fontes de Recursos

8º Quadro – Investimentos por Empresa Segundo o Detalhamento dos Investimentos

9º Quadro - Demonstrativo da Despesa por Funções conforme os Grupos de Despesa

10º Quadro – Demonstrativo Regionalizado do Orçamento Fiscal, em valores nominais, a ser aplicado por função

Notas:

1) Os demonstrativos e tabelas foram extraídos do Volume I anexo ao Projeto de Lei nº 4.551/2013, no qual constam ainda o Demonstrativo da despesa por órgãos e entidades segundo os grupos de despesa, o Demonstrativo do serviço da dívida pública e a Memória de cálculo do serviço da dívida a pagar, entre outros.

2) A íntegra dos Volumes I a V encontra-se disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

[http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/loa/em\\_tramitacao.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/em_tramitacao.html)

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO - ORÇAMENTO FISCAL

EXERCÍCIO: 2014

Em  
R\$1,00

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ORDINÁRIA	% PART	VINCULADA	% PART	TOTAL	% PART	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	ORDINÁRIA	% PART	VINCULADA	% PART	TOTAL	% PART
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>34.289.533.766</b>	<b>101,06</b>	<b>34.812.329.945</b>	<b>108,46</b>	<b>69.101.863.711</b>	<b>104,66</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>21.932.292.246</b>	<b>83,13</b>	<b>33.279.208.180</b>	<b>83,95</b>	<b>55.211.500.426</b>	<b>83,62</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>26.686.450.840</b>	<b>78,65</b>	<b>19.636.703.645</b>	<b>61,18</b>	<b>46.323.154.485</b>	<b>70,16</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>14.562.204.954</b>	<b>55,19</b>	<b>16.299.596.437</b>	<b>41,12</b>	<b>30.861.801.391</b>	<b>46,74</b>
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	2.294.081.543	6,76	-	0,00	2.294.081.543	3,47	EXECUTIVO	10.382.842.289	39,35	14.824.308.664	37,39	25.207.150.953	38,18
IPVA	1.318.009.469	3,88	1.977.014.203	6,16	3.295.023.672	4,99	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.296.178.529	31,44	6.723.319.888	16,96	15.019.498.417	22,75
ITCD	460.179.415	1,36	115.044.854	0,36	575.224.269	0,87	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.086.663.760	7,91	8.100.988.776	20,43	10.187.652.536	15,43
ICMS	22.610.319.265	66,64	15.263.112.399	47,55	37.873.431.664	57,36	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	546.204.684	2,07	1.383.052.141	3,49	1.929.256.825	2,92
TAXAS	3.861.148	0,01	2.281.532.189	7,11	2.285.393.337	3,46	EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	248.605.814	0,94	45.551.294	0,11	294.157.108	0,45
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>2.783.742.283</b>	<b>8,67</b>	<b>2.783.742.283</b>	<b>4,22</b>	<b>FUNDOS</b>	<b>1.291.853.262</b>	<b>4,90</b>	<b>6.672.385.341</b>	<b>16,83</b>	<b>7.964.238.603</b>	<b>12,06</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	0,00	2.783.742.283	8,67	2.783.742.283	4,22	OUTROS PODERES	4.179.362.665	15,84	1.475.287.773	3,72	5.654.650.438	8,56
<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>3.661.812.625</b>	<b>10,79</b>	<b>3.219.187.946</b>	<b>10,03</b>	<b>6.881.000.571</b>	<b>10,42</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>4.179.362.665</b>	<b>15,84</b>	<b>1.413.812.666</b>	<b>3,57</b>	<b>5.593.175.331</b>	<b>8,47</b>
FPE	2.589.116.794	7,63	647.279.198	2,02	3.236.395.992	4,90	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	61.475.107	0,16	61.475.107	0,09
FUNDO EXPORTAÇÃO - IPI	438.807.795	1,29	292.538.530	0,91	731.346.325	1,11	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	61.475.107	0,16	61.475.107	0,09
QESE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	0,00	497.200.000	1,55	497.200.000	0,75	<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>2.735.269.557</b>	<b>10,37</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>2.735.269.557</b>	<b>4,14</b>
LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96	150.978.438	0,44	37.744.610	0,12	188.723.048	0,29	EXECUTIVO	2.735.269.557	10,37	-	0,00	2.735.269.557	4,14
TRANSFERÊNCIAS SUS	-	0,00	1.107.458.703	3,45	1.107.458.703	1,68	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.735.269.557	10,37	-	0,00	2.735.269.557	4,14
COTA-PARTE DA CIDE	-	0,00	-	0,00	-	0,00	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.634.817.735</b>	<b>17,57</b>	<b>5.475.897.710</b>	<b>13,81</b>	<b>10.110.715.445</b>	<b>15,31</b>
COTA -PARTE DA COMP. FINANCEIRA - RECURSOS HÍDRICOS	-	0,00	183.946.070	0,57	183.946.070	0,28	EXECUTIVO	4.327.961.014	16,40	4.705.635.138	11,87	9.033.596.152	13,68
COTA -PARTE DA COMP. FINANCEIRA - RECURSOS MINERAIS	-	0,00	234.391.985	0,73	234.391.985	0,35	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.997.984.756	7,57	1.265.183.462	3,19	3.263.168.218	4,94
COTA -PARTE ROYALTIES - COMP. FINANC. - PROD. DE PETRÓLEO	-	0,00	12.146.690	0,04	12.146.690	0,02	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.329.976.258	8,83	3.440.451.676	8,68	5.770.427.934	8,74
OURAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	482.909.598	1,42	206.482.160	0,64	689.391.758	1,04	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	123.664.726	0,47	2.030.314.345	5,12	2.153.979.071	3,26
<b>TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>6.212.823.302</b>	<b>19,36</b>	<b>6.212.823.302</b>	<b>9,41</b>	<b>EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES</b>	<b>3.383.505</b>	<b>0,01</b>	<b>35.654.194</b>	<b>0,09</b>	<b>39.037.699</b>	<b>0,06</b>
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>28.177.828</b>	<b>0,09</b>	<b>28.177.828</b>	<b>0,04</b>	<b>FUNDOS</b>	<b>2.202.928.027</b>	<b>8,35</b>	<b>1.374.483.137</b>	<b>3,47</b>	<b>3.577.411.164</b>	<b>5,42</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>221.873.576</b>	<b>0,69</b>	<b>221.873.576</b>	<b>0,34</b>	<b>OUTROS PODERES</b>	<b>306.856.721</b>	<b>1,16</b>	<b>770.262.572</b>	<b>1,94</b>	<b>1.077.119.293</b>	<b>1,63</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.941.270.301</b>	<b>11,62</b>	<b>2.709.821.365</b>	<b>8,44</b>	<b>6.651.091.666</b>	<b>10,07</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>306.856.721</b>	<b>1,16</b>	<b>5.322.842</b>	<b>0,01</b>	<b>312.179.563</b>	<b>0,47</b>

RECEITA PATRIMONIAL	3.324.785.889	9,80	879.329.801	2,74	4.204.115.690	6,37	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	764.939.730	1,93	764.939.730	1,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	0,00	5.820.860	0,02	5.820.860	0,01	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	11.046.362	0,03	11.046.362	0,02
RECEITA INDUSTRIAL	-	0,00	323.106.338	1,01	323.106.338	0,49	FUNDOS	-	0,00	753.893.368	1,90	753.893.368	1,14
RECEITA DE SERVIÇOS	-	0,00	557.787.903	1,74	557.787.903	0,84	REC. CONSTITUCIONAIS VINC. MUNICÍPIOS	-	0,00	11.503.714.033	29,02	11.503.714.033	17,42
MULTAS E JUROS DE MORA	418.499.934	1,23	591.159.178	1,84	1.009.659.112	1,53							
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	62.475.843	0,18	106.153.319	0,33	168.629.162	0,26	DESPESAS DE CAPITAL	3.835.940.118	14,54	6.363.517.753	16,05	10.199.457.871	15,45
DÍVIDA ATIVA	122.334.397	0,36	86.803.194	0,27	209.137.591	0,32	INVESTIMENTOS	1.394.176.523	5,28	4.572.162.368	11,53	5.966.338.891	9,04
RECEITAS DIVERSAS	13.174.238	0,04	159.660.772	0,50	172.835.010	0,26	EXECUTIVO	1.386.176.523	5,25	4.327.286.261	10,92	5.713.462.784	8,65
				0,00			ADMINISTRAÇÃO DIRETA	244.379.173	0,93	1.766.565.479	4,46	2.010.944.652	3,05
RECEITAS DE CAPITAL	-	0,00	4.298.966.228	13,39	4.298.966.228	6,51	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.141.797.350	4,33	2.560.720.782	6,46	3.702.518.132	5,61
							AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	328.645.166	1,25	2.406.399.517	6,07	2.735.044.683	4,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	3.281.408.679	10,22	3.281.408.679	4,97	EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	-	0,00	3.037.604	0,01	3.037.604	0,00
INTERNA	-	0,00	3.281.408.679	10,22	3.281.408.679	4,97	FUNDOS	813.152.184	3,08	151.283.661	0,38	964.435.845	1,46
EXTERNA	-	0,00	-	0,00	-	0,00	OUTROS PODERES	8.000.000	0,03	244.876.107	0,62	252.876.107	0,38
ALIENAÇÃO DE BENS	-	0,00	8.874.898	0,03	8.874.898	0,01	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.000.000	0,03	3.470.700	0,01	11.470.700	0,02
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	0,00	385.030.800	1,20	385.030.800	0,58	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	241.405.407	0,61	241.405.407	0,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	437.496.548	1,36	437.496.548	0,66	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	44.188.531	0,11	44.188.531	0,07
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	0,00	125.140.303	0,39	125.140.303	0,19	FUNDOS	-	0,00	197.216.876	0,50	197.216.876	0,30
OUTRAS RECEITAS	-	0,00	61.015.000	0,19	61.015.000	0,09	INVERSÕES FINANCEIRAS	187.011.000	0,71	1.791.355.385	4,52	1.978.366.385	3,00
							EXECUTIVO	187.011.000	0,71	1.783.930.385	4,50	1.970.941.385	2,99
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(360.659.703)	-1,06	(7.013.816.298)	-21,85	(7.374.476.001)	-11,17	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.010.000	0,03	128.414.876	0,32	135.424.876	0,21
ICMS	-	0,00	(5.652.579.816)	-17,61	(5.652.579.816)	-8,56	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	180.001.000	0,68	1.655.515.509	4,18	1.835.516.509	2,78
FPE	-	0,00	(647.279.198)	-2,02	(647.279.198)	-0,98	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	13.000.000	0,03	13.000.000	0,02
IPI	-	0,00	(109.701.949)	-0,34	(109.701.949)	-0,17	EMPRESAS CONTROLADAS	-	0,00	-	0,00	-	0,00
ICMS - DESONERAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	-	0,00	(37.744.610)	-0,12	(37.744.610)	-0,06	FUNDOS	180.001.000	0,68	1.642.515.509	4,14	1.822.516.509	2,76
MULTAS DO ICMS	-	0,00	(68.284.248)	-0,21	(68.284.248)	-0,10	OUTROS PODERES	-	0,00	7.425.000	0,02	7.425.000	0,01
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ICMS	-	0,00	(26.425.773)	-0,08	(26.425.773)	-0,04	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	0,00	-	0,00	-	0,00
IPVA	-	0,00	(329.502.367)	-1,03	(329.502.367)	-0,50	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	7.425.000	0,02	7.425.000	0,01
ITCD	-	0,00	(115.044.854)	-0,36	(115.044.854)	-0,17	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	4.625.000	0,01	4.625.000	0,01
MULTAS DO ITCD	-	0,00	(8.071.521)	-0,03	(8.071.521)	-0,01	FUNDOS	-	0,00	2.800.000	0,01	2.800.000	0,00
MULTAS DO IPVA	-	0,00	(17.963.490)	-0,06	(17.963.490)	-0,03	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.254.752.595	8,55	-	0,00	2.254.752.595	3,41
DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-	0,00	(946.354)	0,00	(946.354)	0,00	EXECUTIVO	2.254.752.595	8,55	-	0,00	2.254.752.595	3,41

DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-	0,00	(272.118)	0,00	(272.118)	0,00	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.254.752.595	8,55	-	0,00	2.254.752.595	3,41
CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	(360.659.703)	-1,06	-	0,00	(360.659.703)	-0,55	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	615.395.641	2,33	-	0,00	615.395.641	0,93

<b>TOTAL DA RECEITA FISCAL ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )</b>	<b>33.928.874.063</b>	<b>100,00</b>	<b>32.097.479.875</b>	<b>100,00</b>	<b>66.026.353.938</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL DA DESPESA FISCAL ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )</b>	<b>26.383.628.005</b>	<b>100,00</b>	<b>39.642.725.933</b>	<b>100,00</b>	<b>66.026.353.938</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>8.989.871.410</b>	<b>100,00</b>	<b>8.989.871.410</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL DA DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.545.246.058</b>	<b>100,00</b>	<b>1.444.625.352</b>	<b>100,00</b>	<b>8.989.871.410</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL DA RECEITA FISCAL</b>	<b>33.928.874.063</b>	<b>100,00</b>	<b>41.087.351.285</b>	<b>100,00</b>	<b>75.016.225.348</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL DA DESPESA FISCAL</b>	<b>33.928.874.063</b>	<b>100,00</b>	<b>41.087.351.285</b>	<b>100,00</b>	<b>75.016.225.348</b>	<b>100,00</b>

Nota: A partir da Proposta Orçamentária de 2014, as despesas com pagamento de pensões civis do RPPS e dos militares deixam de ser classificadas no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, e passam a ser classificadas no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais.

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
( Art. 2º Inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000 )

ORÇAMENTO FISCAL Exercício 2014	R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>69.101.863.711</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>46.323.154.485</b>
<i>ICMS</i>	<i>37.873.431.664</i>
<i>IPVA</i>	<i>3.295.023.672</i>
<i>ITCD</i>	<i>575.224.269</i>
<i>IRRF</i>	<i>2.294.081.543</i>
<i>Outras Receitas Tributárias</i>	<i>2.285.393.337</i>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>2.783.742.283</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>4.204.115.690</b>
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>5.820.860</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>323.106.338</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>557.787.903</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>13.343.875.277</b>
<i>Cota-Parte do FPE</i>	<i>3.236.395.992</i>
<i>Transferências da LC 87/1996</i>	<i>188.723.048</i>
<i>Transferências da LC 61/1989</i>	<i>731.346.325</i>
<i>Transferências do FUNDEB</i>	<i>6.212.823.302</i>
<i>Outras Transferências Correntes</i>	<i>2.974.586.610</i>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.560.260.875</b>
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>21.012.369.611</b>
<b>Transferências Constitucionais e Legais</b>	<b>11.503.714.033</b>
<b>Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor</b>	<b>1.706.788.655</b>
<b>Contrib. para o Custeio das Pensões Militares</b>	<b>391.235.000</b>
<b>Compensação Financ. entre Regimes Previdência</b>	<b>36.155.922</b>
<b>Dedução da Receita Corrente – Formação do FUNDEB e Cessão de Direitos Creditórios</b>	<b>7.374.476.001</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( I - II )</b>	<b>48.089.494.100</b>



**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO À CONTA DE RECURSOS ORDINÁRIOS E DOS VINCULADOS AO FUNDO DE EDUCAÇÃO (Art. 212 da Constituição Federal, Art. 201 da Constituição Estadual e Art. 8º, inciso III da Lei 20.845/2013 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL  
Exercício 2014

**R\$ 1,00**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>VALOR</b>
<b>A - IMPOSTO LIVRES E TRANSFERÊNCIA LIVRES</b>		<b>30.051.061.888</b>
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.294.081.543
1.1.1.2.05.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA	1.318.009.469
1.1.1.2.07.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ITCD	460.179.415
1.1.1.3.02.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO-ICMS	22.430.770.073
1.1.1.3.02.02.00	ADICIONAL ICMS – FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA	189.566.222
1.1.1.3.02.51.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	179.549.192
1.7.2.1.01.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL/FPE  -ESTADO	2.589.116.794
1.7.2.1.01.12.01	COTA-PARTE DO ESTADO - IPI	438.807.795
1.7.2.1.01.32.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO VAL. MOBILIÁRIOS / COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	2.947
1.7.2.1.36.01.00	COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 ESTADO	150.978.438
<b>B - IMPOSTO E TRANSFERÊNCIA FEDERAIS</b>		<b>7.013.816.298</b>
1.1.1.2.05.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - IPVA	329.502.367
1.1.1.2.07.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - ITCD	115.044.854
1.1.1.3.02.04.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - ICMS	5.652.579.816
1.7.2.1.01.01.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB- FPE	647.279.198
1.7.2.1.01.12.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - IPI	109.701.949
1.7.2.1.36.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº87/96	37.744.610
1.9.1.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO ITCD	8.071.521
1.9.1.1.41.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO IPVA	17.963.490
1.9.1.1.42.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS ICMS	68.284.248
1.9.3.1.14.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA DO IPVA	946.354
1.9.3.1.15.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	26.425.773
1.9.3.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	272.118
<b>C - OUTRAS RECEITAS</b>		<b>493.239.633</b>
1.9.1.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ITCD	32.286.082
1.9.1.1.41.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA	71.853.960
1.9.1.1.42.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS	138.022.775
1.9.1.1.42.51.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ADICIONAL ICMS – FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA	5.385.622
1.9.1.1.42.52.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	135.114.216
1.9.3.1.14.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO IPVA	3.785.417
1.9.3.1.15.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	62.371.656
1.9.3.1.15.51.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	43.331.434
1.9.3.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	1.088.471



<b>D - TOTAL DA RECEITA (A+B+C)</b>			<b>37.558.117.819</b>
<b>E - DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>			<b>9.390.445.442</b>
1251	.12	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	68.343.168
1261	.12	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	8.183.891.263
2061	.12	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	2.894.537
2151	.12	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	12.931.425
2161	.12	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	5.331.004
2311	.12	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	219.199.808
2351	.12	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	96.861.241
<b>PERDA DO ESTADO COM O FUNDEB PARA O MUNÍCIPIO</b>			<b>800.992.996</b>
<b>F - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - E/D APLICAÇÃO MÍNIMA 25%</b>			<b>25,00%</b>

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Emenda nº 29 de 13/09/2000 à Constituição Federal e Art. 8º, inciso V da lei 20.845/2013 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL Exercício  
2014

**RS 1,00**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>VALOR</b>
<b>A - IMPOSTO E TRANSFERÊNCIA FEDERAIS</b>		<b>37.558.114.872</b>
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.294.081.543
1.1.1.2.05.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA	1.318.009.469
1.1.1.2.05.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - IPVA	329.502.367
1.1.1.2.07.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ITCD	460.179.415
1.1.1.2.07.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - ITCD	115.044.854
1.1.1.3.02.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO-ICMS	22.430.770.073
1.1.1.3.02.02.00	ADICIONAL ICMS – FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA	189.566.222
1.1.1.3.02.04.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - ICMS	5.652.579.816
1.1.1.3.02.51.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	179.549.192
1.7.2.1.01.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL/FPE -ESTADO	2.589.116.794
1.7.2.1.01.01.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB- FPE	647.279.198
1.7.2.1.01.12.01	COTA-PARTE DO ESTADO - IPI	438.807.795
1.7.2.1.01.12.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - IPI	109.701.949
1.7.2.1.36.01.00	COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 - ESTADO	150.978.438
1.7.2.1.36.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº87/96	37.744.610
1.9.1.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ITCD	32.286.082
1.9.1.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO ITCD	8.071.521
1.9.1.1.41.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA	71.853.960
1.9.1.1.41.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS DO IPVA	17.963.490
1.9.1.1.42.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS	138.022.775
1.9.1.1.42.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS ICMS	68.284.248
1.9.1.1.42.51.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ADICIONAL ICMS – FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA	5.385.622
1.9.1.1.42.52.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	135.114.216
1.9.3.1.14.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO IPVA	3.785.417
1.9.3.1.14.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA DO IPVA	946.354
1.9.3.1.15.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	62.371.656
1.9.3.1.15.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	26.425.773
1.9.3.1.15.51.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS – CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – LEI 19.266/2010	43.331.434



1.9.3.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD		1.088.471
1.9.3.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD		272.118
	<b>B - DESPESA COM SAÚDE</b>		<b>4.506.973.806</b>
4291 .10	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE		4.506.973.806
	<b>C - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - B/A</b>		<b>12,00%</b>
	<b>APLICAÇÃO MÍNIMA 12,00%</b>		

**DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Art. 169 da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e Art. 8º, inciso IX da lei 20.845/2013 - LDO)**

**ORÇAMENTO FISCAL Exercício 2014**

		<b>R\$1,00</b>	
		<b>VALOR</b>	
<b>A - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>			<b>48.089.494.100</b>
<b>B - LIMITE DAS DESPESAS COM PESSOAL, DISCIPLINADO PELA LEI 101/2000</b>			
PODER LEGISLATIVO (INCLUSIVE TRIBUNAL DE CONTAS)	<b>3,00%</b>		1.442.984.823
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>2,06%</b>		988.315.951
PODER JUDICIÁRIO	<b>6,00%</b>		2.885.369.646
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>5,44%</b>		2.616.131.585
PODER MINISTÉRIO PÚBLICO	<b>2,00%</b>		961.789.882
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>1,67%</b>		805.384.618
PODER EXECUTIVO	<b>49,00%</b>		23.563.852.109
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>41,56%</b>		19.986.550.610
TOTAL PESSOAL DO ESTADO			
<b>LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</b>	<b>60,00%</b>		28.853.696.460
<b>PERCENTUAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>50,73%</b>		24.396.382.764

**DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Art. 169 da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e Art. 8º, inciso IX da lei 20.845/2013 - LDO)**

**ORÇAMENTO FISCAL**  
**Exercício 2014**

		<b>R\$1,00</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>VALOR</b>	
<b>A - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>			<b>48.089.494.100</b>
<b>B - LIMITE DAS DESPESAS COM PESSOAL, DISCIPLINADO PELA LEI 101/2000 E INSTRUÇÃO Nº 5/2001 - TCMG</b>			
PODER LEGISLATIVO (INCLUSIVE TRIBUNAL DE CONTAS)	<b>3,00%</b>		1.442.684.823
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>2,05%</b>		984.149.471
PODER JUDICIÁRIO	<b>6,00%</b>		2.885.369.946
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>5,36%</b>		2.578.523.082
PODER MINISTÉRIO PÚBLICO	<b>2,00%</b>		961.789.882
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	<b>1,62%</b>		780.169.588
PODER EXECUTIVO	<b>49,00%</b>		23.563.852.109





PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	37,57%	18.067.210.647
TOTAL PESSOAL DO ESTADO		
<b>LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</b>	<b>60,00%</b>	28.853.696.460
<b>PERCENTUAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>46,60%</b>	22.410.052.788

## INVESTIMENTOS POR EMPRESA SEGUNDO FONTES DE RECURSO

Exercício 2014

R\$ 1,00

ÓRGÃOS/ENTIDADES	AUMENTO DE CAPITAL			OUTROS		Total
	TESOURO ORDINÁRIO	TESOURO VINCULADO	OUTRAS ENTIDADES	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	RECURSOS PRÓPRIOS	
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	0	1.000.709	0	0	7.090.000	8.090.709
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	0	0	0	0	2.302.494.745	2.302.494.745
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0	0	0	0	1.374.875.000	1.374.875.000
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	560.127.000	560.128.000
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	0	0	0	0	77.179.831	77.179.831
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	200.000	201.000
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	1.000	0	402.000	1.062.593.562	722.027.017	1.785.023.579
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	25.000.000	25.001.000
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	0	0	0	0	26.311.000	26.311.000
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	0	0	0	0	250.000	250.000
COPASA - ÁGUAS MINERAIS DE MINAS S/A	0	0	400.000	0	0	400.000
COPASA - SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO S/A	0	0	1.000	0	0	1.000
COPASA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A	0	0	1.000	0	0	1.000
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	1.000	0	0	0	2.500.000	2.501.000
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	1.000	315.000.000	0	0	26.000	315.027.000



TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000	0	0	0	0	1.000
<b>Total</b>	<b>7.000</b>	<b>316.000.709</b>	<b>804.000</b>	<b>1.062.593.562</b>	<b>5.099.080.593</b>	<b>6.478.485.864</b>

## INVESTIMENTOS POR EMPRESA SEGUNDO O DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Exercício 2014

R\$ 1,00

## EMPRESAS

	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	IMOBILIZAÇÕES	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	OUTRAS APLICAÇÕES	Total
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	1.000.709	0	0	7.090.000	8.090.709
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	0	476.945.997	961.372.748	864.176.000	2.302.494.745
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0	519.806.000	803.798.000	51.271.000	1.374.875.000
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	0	514.188.000	0	45.940.000	560.128.000
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	0	17.820.100	0	59.359.731	77.179.831
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	200.000	1.000	0	201.000
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	402.000	1.305.599.999	479.020.580	1.000	1.785.023.579
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	0	0	25.001.000	25.001.000
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	23.155.000	0	3.156.000	0	26.311.000
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	250.000	0	0	0	250.000
COPASA - ÁGUAS MINERAIS DE MINAS S/A	0	400.000	0	0	400.000
COPASA - SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO S/A	1.000	0	0	0	1.000
COPASA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A	1.000	0	0	0	1.000
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS	0	500.000	0	500.000	1.000.000
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	0	2.500.000	0	1.000	2.501.000
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	2.000	0	0	315.025.000	315.027.000
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000	0	0	0	1.000



Total	24.812.709	2.837.960.096	2.247.348.328	1.368.364.731	6.478.485.864
-------	------------	---------------	---------------	---------------	---------------

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES CONFORME OS GRUPOS DE DESPESA**

Exercício 2014

ORÇAMENTO FISCAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

RS 1,00

FUNÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 LEGISLATIVA	875.169.976	0	165.177.880	2.366.500	0	0	0	1.042.714.356
2 JUDICIARIA	2.269.269.334	0	725.474.297	179.028.076	0	0	0	3.173.771.707
3 ESSENCIAL A JUSTICA	1.055.734.450	0	155.847.464	27.293.000	0	0	0	1.238.874.914
4 ADMINISTRACAO	1.202.396.811	0	609.583.686	289.366.603	79.538.425	0	0	2.180.885.525
6 SEGURANCA PUBLICA	4.489.621.472	0	978.833.577	231.576.017	0	0	0	5.700.031.066
7 RELACOES EXTERIORES	0	0	3.000	0	0	0	0	3.000
8 ASSISTENCIA SOCIAL	31.043.785	0	100.304.235	40.180.398	0	0	0	171.528.418
9 PREVIDENCIA SOCIAL	11.437.630.999	0	101.804.602	44.968.821	1.115.117.329	0	0	12.699.521.751
10 SAUDE	1.482.228.394	0	4.905.058.302	884.911.862	0	0	0	7.272.198.558
11 TRABALHO	13.455.136	0	74.208.085	2.362.233	0	0	0	90.025.454
12 EDUCACAO	6.799.806.730	0	1.242.111.886	186.554.588	54.878.742	0	0	8.283.351.946
13 CULTURA	49.469.405	0	68.680.216	70.382.495	1.112.709	0	0	189.644.825
14 DIREITOS DA CIDADANIA	5.095.459	0	22.824.630	755.460	0	0	0	28.675.549
15 URBANISMO	26.870.830	0	17.141.393	540.267.526	0	0	0	584.279.749
16 HABITACAO	0	0	5.121.768	0	273.568.167	0	0	278.689.935
17 SANEAMENTO	0	0	3.883.220	107.645.418	1.000	0	0	111.529.638
18 GESTAO AMBIENTAL	124.824.664	0	246.218.712	70.628.425	27.500.000	0	0	469.171.801
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	34.377.913	0	50.942.438	364.301.745	1.000	0	0	449.623.096

20	AGRICULTURA	390.976.216	0	90.209.251	134.082.235	33.906.000	0	0	649.173.702
21	ORGANIZACAO AGRARIA	3.859.680	0	3.371.696	20.000	0	0	0	7.251.376
22	INDUSTRIA	23.534.862	0	53.515.535	26.969.873	382.474.804	0	0	486.495.074
23	COMERCIO E SERVICOS	20.547.900	0	52.578.101	10.691.411	10.265.209	0	0	94.082.621
24	COMUNICACOES	2.781.173	0	1.548.378	60.000	0	0	0	4.389.551
25	ENERGIA	0	0	335.000	50.000.000	1.000	0	0	50.336.000
26	TRANSPORTE	150.486.884	0	83.699.716	2.688.579.508	1.000	0	0	2.922.767.108
27	DESPORTO E LAZER	10.435.608	0	62.722.883	7.402.000	0	0	0	80.560.491
28	ENCARGOS ESPECIAIS	362.183.710	2.735.269.557	11.793.229.527	5.944.697	1.000	2.254.752.595	0	17.151.381.086
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0	0	0	615.395.641	615.395.641
<b>Total Resultado</b>		<b>30.861.801.391</b>	<b>2.735.269.557</b>	<b>21.614.429.478</b>	<b>5.966.338.891</b>	<b>1.978.366.385</b>	<b>2.254.752.595</b>	<b>615.395.641</b>	<b>66.026.353.938</b>

Nota: Não foram considerados os valores da despesa intraorçamentária.

## DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO ORÇAMENTO FISCAL, EM VALORES NOMINAIS, A SER APLICADO POR FUNÇÃO (Art. 8, inciso XXI da Lei nº 20.845/2013)

ORÇAMENTO FISCAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

EXERCÍCIO: 2014

RS 1,00

FUNÇÃO	ALTO PARANAÍBA	CENTRAL	CENTRO OESTE	ESTADUAL	JEQUITINHONHA / MUCURI	MATA	NOROESTE DE MINAS	NORTE DE MINAS	RIO DOCE	SUL DE MINAS	TRIÂNGULO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	15.083.243	1.287.710.971	47.195.984	432.974.011	52.130.867	113.579.896	8.594.237	63.231.537	54.889.348	144.154.561	112.339.953	2.331.884.608
AGRICULTURA	17.567.006	242.411.035	18.537.336	12.329.800	90.115.633	59.169.521	8.582.438	106.272.601	19.596.374	63.028.323	32.530.652	670.140.719
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.491.856	69.453.500	5.577.752	13.888.480	10.432.079	17.188.856	2.509.367	19.037.173	17.926.382	9.800.791	5.362.570	175.668.806
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	792.586	285.230.717	1.262.447	15.531.974	292.849	38.977.711	87.646	7.528.828	2.141.329	27.029.055	75.881.428	454.756.570
COMÉRCIO E SERVIÇOS	124.944	65.601.320	230.052	23.762.265	73.098	1.389.711	48.694	1.046.801	841.070	1.656.888	1.404.850	96.179.693
COMUNICAÇÕES	28.750	3.565.170	58.400		266.415	219.679	13.600	81.119	86.522	384.579	28.000	4.732.234

CULTURA	138.621	173.308.416	155.951	16.869.315	364.652	2.127.233	83.912	263.684	187.849	1.015.262	173.355	194.688.250
DESPORTO E LAZER	699.353	67.923.874	1.092.918	343.105	816.229	3.120.937	318.779	1.183.650	1.583.076	2.835.845	931.193	80.848.959
DIREITOS DA CIDADANIA	299.987	12.833.360	909.423	9.983.526	337.893	1.042.317	141.863	850.199	1.024.677	679.155	918.809	29.021.209
EDUCAÇÃO	59.091.232	799.731.802	77.549.640	7.075.066.563	141.995.759	207.071.252	39.787.172	440.644.519	177.700.137	217.671.273	103.172.599	9.339.481.948
ENCARGOS ESPECIAIS	490.871.693	10.378.751.526	538.941.895	5.733.532.206	253.737.083	894.865.785	233.774.652	487.347.611	706.101.780	1.375.225.289	1.269.935.508	22.363.085.028
ENERGIA		50.336.000									0	50.336.000
ESSENCIAL À JUSTIÇA	4.483.928	1.277.404.282	11.057.515	8.114.319	4.357.412	30.459.382	708.735	8.780.791	10.722.324	27.379.750	18.619.718	1.402.088.156
GESTÃO AMBIENTAL	9.641.544	189.705.004	14.544.920	82.592.295	11.479.330	28.927.100	20.157.859	24.243.767	25.643.772	18.097.936	60.686.376	485.719.903
HABITAÇÃO	4.423.910	109.307.770	6.635.840	400.000	16.642.700	22.006.800	16.241.480	27.277.568	33.779.790	24.278.627	17.695.750	278.690.235
INDÚSTRIA	1.037.157	455.616.652	0	27.055.074				0	15.000	0	4.962.843	488.686.726
JUDICIÁRIA	97.991.085	1.827.579.184	176.560.540	24.037.786	89.757.156	323.649.460	40.224.326	147.221.024	186.680.138	415.808.698	228.042.748	3.557.552.145
LEGISLATIVA		1.174.536.226										1.174.536.226
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		6.710.412		150.000	343.631			245.325	68.045			7.517.413
PREVIDÊNCIA SOCIAL	252.996.053	6.652.799.890	541.883.530	1.540.200.299	257.011.400	1.151.349.787	85.039.334	493.103.325	655.882.566	1.099.843.735	609.297.387	13.339.407.306
RELAÇÕES EXTERIORES		3.000										3.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				615.395.641								615.395.641
SANEAMENTO	0	3.300.898	243.864	1.290.692	50.762.897	323.800	0	45.464.357	9.934.550	258.580	0	111.579.638
SAÚDE	177.136.964	3.265.659.730	191.224.917	1.703.486.229	225.652.440	593.069.115	26.082.276	331.037.084	256.778.574	556.455.187	192.084.849	7.518.667.365
SEGURANÇA PÚBLICA	167.024.081	3.884.243.669	243.279.043	33.229.867	174.066.745	455.937.801	89.216.395	310.014.734	357.429.631	500.361.074	406.986.181	6.621.789.221
TRABALHO	761.159	72.152.085	825.467	1.846.745	2.873.998	1.969.047	873.257	5.333.830	1.220.054	1.696.533	1.781.620	91.333.795
TRANSPORTE	173.344.669	1.113.839.199	369.959.089	7.729.269	65.691.398	293.654.765	106.811.196	115.014.331	135.820.596	416.734.611	148.129.432	2.946.728.555
URBANISMO	4.000	473.842.281	4.000	0	4.000	108.630.758	2.000	55.627	3.085.333	73.000	5.000	585.705.999
<b>Total Geral</b>	<b>1.478.033.821</b>	<b>33.943.557.973</b>	<b>2.247.730.523</b>	<b>17.379.809.461</b>	<b>1.449.205.664</b>	<b>4.348.730.713</b>	<b>679.299.218</b>	<b>2.635.279.485</b>	<b>2.659.138.917</b>	<b>4.904.468.752</b>	<b>3.290.970.821</b>	<b>75.016.225.348</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



## **ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PPAG 2012-2015**

---

### **ESSENCIALIDADES DO PROJETO DE LEI Nº 4.550/2013, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PPAG 2012-2015, PARA O EXERCÍCIO 2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência prevista no art. 61, inciso I, da Constituição do Estado, e observado disposto no art. 207 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades do projeto de lei relativo à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015, para o exercício 2014, encaminhado por meio da Mensagem nº 537/2013, publicada em 3/10/2013.

\*Notas:

- 1) Extraído de forma resumida do Anexo I do Projeto de Lei nº 4.550/2013.
- 2) A íntegra dos Anexos I e II encontra-se disponível no site da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - [http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/ppag/em\\_tramitacao.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/em_tramitacao.html).
- 3) Valores da tabela expressos em R\$1,00.

<b>REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	1	GESTAO DOS COMPLEXOS HOSPITALARES DA FHEMIG	135.698.650,00	135.698.650,00
Estruturador	2	SAÚDE INTEGRADA	888.839.246,00	993.966.907,00
Estruturador	44	REDES INTEGRADAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	621.084.070,00	1.092.705.861,00
Estruturador	49	SAÚDE EM CASA	325.841.355,00	303.781.039,00
Estruturador	53	SANEAMENTO PARA TODOS	1.340.090.691,00	1.242.057.700,00
Associado	100	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	19.136.032,00	11.682.616,00
Associado	107	OBRAS PREDIAIS - FUNED	1.600.000,00	23.464.248,00
Associado	133	OBRAS PREDIAIS NA REDE FHEMIG	9.180.742,00	9.735.102,00
Associado	134	RESIDÊNCIA MÉDICA FHEMIG	1.000,00	1.058,00
Associado	138	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2.000,00	2.000,00
Associado	159	DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E ENTREGA DE IMUNOBIOLOGICOS	171.899.000,00	171.899.000,00
Associado	172	ASSISTÊNCIA AO MILITAR	11.455.790,00	12.120.226,00
Associado	187	ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPICA	64.309.982,00	87.165.512,00
Associado	191	GESTÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	14.751.552,00	14.751.552,00
Associado	194	GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	583.285.003,00	583.284.967,00
Associado	196	GESTÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MINAS GERAIS	963.958.668,00	963.958.704,00
Associado	201	PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	17.000.000,00	17.000.000,00
Associado	203	GESTÃO DA HEMOMINAS	151.523.672,00	154.523.672,00
Associado	204	GESTÃO DA FUNED	110.777.066,00	110.777.066,00
Associado	206	DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE	2.000,00	2.500,00
Associado	237	ATENÇÃO À SAÚDE	1.585.170.102,00	1.594.727.642,00
Associado	238	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	139.457.469,00	160.118.249,00
Associado	239	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	59.138.714,00	79.036.639,00
Associado	246	SEGURANÇA ALIMENTAR	166.000,00	330.220,00



Associado	254	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	2.500.000,00	2.500.000,00
Associado	275	ESTRUTURAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	33.250.000,00	34.510.000,00
<b>Rede de Atenção em Saúde – Total</b>			<b>7.250.118.804,00</b>	<b>7.799.801.130,00</b>
<b>REDE DE CIDADES</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	7	COPA DO MUNDO 2014	236.353.869,00	59.738.181,00
Estruturador	29	CIDADES: ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO	98.789.017,00	81.059.728,00
Associado	126	RADIODIFUSÃO	1.000.694,00	926.660,00
Associado	135	TELEFONIA RURAL	32.500,00	60.000,00
Associado	160	APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL GESTÃO E TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	315.601.000,00	635.858,00
Associado	197	ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	195.900,00	59.810,00
Associado	205	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MINAS GERAIS	3.653.844,00	4.017.700,00
Associado	276	MORAR EM MINAS	1.722.068,00	1.824.021,00
Associado	277	PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA URBANA EM MINAS GERAIS	120.000,00	130.000,00
Associado	278	ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL: FORTALECENDO A REDE DE CIDADES	50.000,00	60.000,00
Associado	279	GESTÃO METROPOLITANA	6.621.100,00	7.016.140,00
<b>Rede de Cidades – Total</b>			<b>664.139.992,00</b>	<b>155.528.098,00</b>
<b>REDE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	43	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO RUMO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO	137.767.579,00	104.848.800,00
Associado	101	ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO	10.000,00	10.000,00
Associado	127	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO PARQUE INDUSTRIAL MINEIRO	40.000,00	150.000,00
Associado	129	EXPANSÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO	15.628.091,00	4.914.876,00
Associado	140	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG	18.451.656,00	19.443.022,00
Associado	190	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	90.000,00	90.000,00

Associado	192	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	6.018.977,00	5.117.333,00
Associado	199	INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1.000,00	1.058,00
Associado	228	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	41.000,00	1.000,00
Associado	242	SUPERVISÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	163.802,00	178.880,00
Associado	259	PROGRAMA DE APOIO À INDUÇÃO E À INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	256.009.000,00	235.159.764,00
<b>Rede de Ciência, tecnologia e Inovação – Total</b>			<b>434.221.105,00</b>	<b>369.914.733,00</b>
<b>REDE DE DEFESA E SEGURANÇA</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	20	INFRAESTRUTURA DE DEFESA SOCIAL	1.597.391.884,00	1.646.041.080,00
Estruturador	21	GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL	83.030.853,00	42.248.173,00
Estruturador	34	MINAS MAIS SEGURA	48.567.460,00	41.910.406,00
Estruturador	52	ALIANÇA PELA VIDA	35.370.000,00	38.501.860,00
Associado	139	PROGRAMA DE APOIO À AMPLIAÇÃO E À MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO	3.189.900,00	3.380.340,00
Associado	141	POLÍCIA OSTENSIVA	173.069.503,00	152.472.617,00
Associado	152	FOMENTO À GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	945.880,00	831.253,00
Associado	183	ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	86.421.870,00	90.419.338,00
Associado	184	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	7.345.454,00	2.700.000,00
Associado	189	PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	66.139.761,00	75.001.000,00
Associado	214	AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL	317.491,00	2.000,00
Associado	219	RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	10.000.000,00	10.000.000,00
Associado	227	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.928.579,00	3.094.810,00
Associado	251	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO POLICIAL CIVIL	979.000,00	1.011.000,00
Associado	294	PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	55.361.495,00	51.457.060,00
Associado	296	ATENDIMENTO DO SERVIDOR DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	72.000,00	76.320,00
Associado	297	ENSINO E TREINAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	15.133.861,00	1.722.750,00
<b>Rede de Defesa e Segurança – Total</b>			<b>2.186.264.991,00</b>	<b>2.160.870.007,00</b>

**REDE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	40	INVESTIMENTO COMPETITIVO PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA	408.763.596,00	394.314.816,00
Estruturador	46	QUALIDADE AMBIENTAL	26.105.368,00	27.135.872,00
Estruturador	54	ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	494.766.097,00	8.118.820,00
Associado	104	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O SETOR ENERGÉTICO DO ESTADO	335.000,00	350.075,00
Associado	105	GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	8.010.000,00	8.410.300,00
Associado	109	PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	105.614.251,00	110.357.432,00
Associado	110	MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	5.006.501,00	5.182.439,00
Associado	111	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES DO SETOR MINEROMETALURGICO	35.000,00	36.575,00
Associado	113	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	78.752.644,00	82.577.028,00
Associado	130	INFRAESTRUTURA RURAL	5.329.366,00	3.748.932,00
Associado	137	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO MINEIRO	100.000,00	104.500,00
Associado	146	MINAS MUNDO	3.000,00	920.000,00
Associado	150	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM MINAS GERAIS	1.550.390,00	1.620.157,00
Associado	157	FOMENTO AO ARTESANATO DE MINAS GERAIS	321.227,00	335.682,00
Associado	167	FINANCIA MINAS - PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRATÉGICO	120.000,00	125.400,00
Associado	173	PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - MINAS COMUNICA	1.000,00	1.058,00
Associado	182	MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	13.470.000,00	14.143.498,00
Associado	195	CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	270.000,00	282.150,00
Associado	200	PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	590.000,00	618.562,00
Associado	202	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E À INOVAÇÃO	11.107.686,00	11.921.376,00
Associado	245	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	9.151.487,00	11.145.888,00
Associado	247	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	445.426.000,00	468.229.000,00
Associado	248	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	125.651.000,00	132.084.000,00

Associado	250	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	864.166.000,00	1.164.357.000,00
Associado	252	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS, SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	1.000,00	1.000,00
Associado	253	APORTE DE CAPITAL - CEMIG	16.223.000,00	17.053.000,00
Associado	256	GESTÃO DE NEGÓCIOS	157.505.000,00	106.290.900,00
Associado	262	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS	300.000,00	300.000,00
Associado	264	APOIO FINANCEIRO A IMPLEMENTAÇÃO DE CONTRATOS DE PPP	5.000,00	5.290,00
Associado	268	EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE RECURSOS HÍDRICOS	320.000,00	320.000,00
Associado	284	FOMENTO AO CRESCIMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE MINAS GERAIS	23.096.304,00	9.783.600,00
Associado	287	EXPANSÃO DO MERCADO DA GASMIG EM MINAS GERAIS	52.138.175,00	33.645.787,00
Associado	289	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO	50.010.000,00	11.000,00
<b>Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável – Total</b>			<b>2.904.244.092,00</b>	<b>2.613.531.137,00</b>
<b>REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	28	SUSTENTABILIDADE E INFRAESTRUTURA NO CAMPO	9.636.000,00	10.194.888,00
Associado	112	VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA RURAL	7.239.566,00	400.000,00
Associado	119	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	20.344.829,00	23.744.829,00
Associado	144	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA	50.000,00	50.000,00
Associado	161	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.900.000,00	1.973.940,00
Associado	164	PROJETO JAÍBA	6.725.874,00	5.186.397,00
Associado	165	LEITE PELA VIDA	60.862.290,00	63.601.097,00
Associado	169	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	17.067.000,00	17.372.600,00
Associado	177	MINAS SEM FOME	1.130.000,00	979.800,00
Associado	185	DEFESA SANITÁRIA	9.179.101,00	9.711.490,00
Associado	193	APOIO À CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ	40.000.000,00	42.320.000,00
Associado	208	CERTIFICA MINAS	443.000,00	328.000,00
Associado	210	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	7.624.887,00	8.167.299,00

Associado	217	SEGURANÇA DE ALIMENTOS	1.290.157,00	1.364.986,00
Associado	243	FUNDERUR - APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	6.000,00	3.600,00
Associado	244	ENSINO TÉCNICO PARA O AGRONEGÓCIO	225.000,00	238.050,00
Associado	258	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	100.000,00	100.000,00
<b>Rede de Desenvolvimento Rural – Total</b>			<b>183.823.704,00</b>	<b>185.736.976,00</b>
<b>REDE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROTEÇÃO</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	11	ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	79.938.399,00	83.781.517,00
Estruturador	23	JOVENS MINEIROS PROTAGONISTAS	65.402.581,00	57.596.976,00
Estruturador	25	CULTIVAR, NUTRIR E EDUCAR	165.061.299,00	170.151.649,00
Estruturador	36	TRAVESSIA	63.677.785,00	66.992.773,00
Estruturador	50	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI E NORTE DE MINAS	106.509.102,00	111.302.016,00
Associado	151	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	3.241.553,00	3.393.190,00
Associado	154	AGENDA JOVEM	549.208,00	549.208,00
Associado	156	INCENTIVO A CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS	882.815,00	922.735,00
Associado	162	DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS	2.820.000,00	3.000.250,00
Associado	180	OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS	10.260.000,00	10.855.000,00
Associado	266	GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	4.331.115,00	4.582.319,00
Associado	267	PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA	7.613.253,00	6.516.364,00
Associado	290	CONVIVÊNCIA COM A SECA	1.533.213,00	1.594.562,00
Associado	298	APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.527.000,00	1.596.477,00
<b>Rede de Desenvolvimento Social e Proteção – Total</b>			<b>513.347.323,00</b>	<b>522.835.036,00</b>
<b>REDE DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	3	MELHOR EMPREGO	106.050.000,00	157.791.081,00

Estruturador	15	EDUCAÇÃO PARA CRESCER	6.978.148.977,00	6.205.824.312,00
Estruturador	17	PRÓ-ESCOLA	181.754.000,00	616.164.526,00
Associado	102	ATENDIMENTO COMUNITÁRIO E PSICOPEDAGÓGICO NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	57.000,00	59.912,00
Associado	115	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	3.318.376,00	3.465.224,00
Associado	143	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO	525.367,00	555.838,00
Associado	153	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	6.366.399,00	6.649.925,00
Associado	163	PLUGMINAS - CENTRO DE FORMAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DIGITAL	7.729.246,00	8.177.543,00
Associado	170	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - CTPM	68.343.168,00	71.526.897,00
Associado	174	PROTAGONISMO JUVENIL	1.519.723,00	1.837.252,00
Associado	179	TRAVESSIA NOTA DEZ POR UM BRASIL ALFABETIZADO	4.741.360,00	4.954.730,00
Associado	198	REDE DE CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ NAS ESCOLAS	283.683,00	180.000,00
Associado	232	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	3.078.000,00	4.681.980,00
Associado	233	COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL	252.300.000,00	291.391.639,00
Associado	240	ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL	17.842.691,00	20.332.947,00
Associado	271	MELHORIA DA EDUCACÃO BÁSICA	630.622.934,00	653.871.949,00
Associado	272	POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EMPREGO	55.520.857,00	19.953.857,00
Associado	291	ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL - ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	31.790,00	37.000,00
<b>Rede de Educação e Desenvolvimento Humano – Total</b>			<b>8.318.233.571,00</b>	<b>8.067.456.612,00</b>
<b>REDE DE GOVERNO INTEGRADO, EFICIENTE E EFICAZ</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	6	CIDADE ADMINISTRATIVA	295.654.020,00	121.520.258,00
Estruturador	13	DESCOMPLICAR - MINAS INOVA	74.420.990,00	71.753.473,00
Estruturador	27	MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MINEIRO	85.000,00	89.930,00
Estruturador	45	GOVERNO EFICIENTE	28.491.221,00	4.153.633,00
Associado	117	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL - SEGUNDA ETAPA	34.394.521,00	-

Associado	120	PROGRAMA DE SAÚDE OCUPACIONAL E EXECUÇÃO PERICIAL	1.141.745,00	1.549.815,00
Associado	122	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E GESTÃO DOS SISTEMAS DE PESSOAL	19.630.000,00	22.019.000,00
Associado	142	PROGRAMA DOS DIREITOS DO CIDADÃO	1.109.873,00	1.132.111,00
Associado	147	GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO.	53.836.958,00	56.972.140,00
Associado	155	INOVAÇÃO PARA A CIDADANIA	354.260,00	170.595,00
Associado	158	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	6.286.310,00	5.800.024,00
Associado	175	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO GASTO	15.350.288,00	16.182.714,00
Associado	178	FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES	834.396,00	882.791,00
Associado	188	SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	25.001.000,00	18.743.000,00
Associado	207	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	7.000,00	
Associado	215	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL	32.516.000,00	33.750.200,00
Associado	226	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	1.960.000,00	2.511.273,00
Associado	255	AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	944.989,00	991.171,00
Associado	260	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISA APLICADA	471.700,00	441.110,00
Associado	261	APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	4.115.237,00	4.337.372,00
Associado	263	MINAS ABERTA	297.570,00	313.882,00
Associado	270	APOIO NA REALIZAÇÃO DAS METAS PRIORITÁRIAS DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	1.473.000,00	1.615.037,00
Associado	273	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA TÉCNICO-CIENTÍFICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	240.000,00	253.680,00
Associado	280	GESTÃO DA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL	1.764.382,00	520.260,00
Associado	295	GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	1.653.151,00	1.000,00
<b>Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz – Total</b>			<b>602.033.611,00</b>	<b>365.704.469,00</b>
<b>REDE DE IDENTIDADE MINEIRA</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>

Estruturador	8	AVANÇA MINAS OLÍMPICA	5.002.000,00	6.250.000,00
Estruturador	9	CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS	233.233.170,00	37.186.722,00
Estruturador	42	DESTINO MINAS	6.834.851,00	5.696.947,00
Associado	103	APOIO FINANCEIRO AO TURISMO MINEIRO	163.500,00	130.000,00
Associado	114	ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO MINEIRO	981.000,00	1.027.500,00
Associado	118	GESTÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	288.823,00	305.572,00
Associado	121	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	632.000,00	662.030,00
Associado	123	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E AOS SEUS MECANISMOS DE PRODUÇÃO	2.589.847,00	1.681.306,00
Associado	124	PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	28.198.138,00	24.931.236,00
Associado	125	MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.	34.705.253,00	29.959.700,00
Associado	131	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	832.000,00	1.364.258,00
Associado	149	INCENTIVO AO ESPORTE	9.500.000,00	9.931.010,00
Associado	181	GERENCIAMENTO DE ESTÁDIOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, RELIGIOSOS E SOCIO-CULTURAIS	478.400,00	502.320,00
Associado	212	MINAS OLÍMPICA	10.955.000,00	11.209.317,00
Associado	225	CULTURA, MEMÓRIA E CIDADANIA	1.000.000,00	-
<b>Rede de Identidade Mineira – Total</b>			<b>335.393.982,00</b>	<b>130.837.918,00</b>
<b>REDE DE INFRAESTRUTURA</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Estruturador	35	MINAS LOGÍSTICA	2.276.191.127,00	1.107.692.315,00
Associado	116	ESTRADAS VICINAIS DE MINAS	3.168.921,00	3.471.682,00
Associado	132	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	330.905.710,00	780.000,00
Associado	166	BARRAGENS DE MINAS	119.027.348,00	10.674.643,00
Associado	186	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	96.316.215,00	2.253.083,00
Associado	209	AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE	132.760.483,00	187.237.360,00
Associado	216	EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	99.054.199,00	33.500.206,00



Associado	224	APOIO A INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO E DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA MUNICIPAL	48.000.000,00	40.000.000,00
Associado	292	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	545.000,00	577.640,00
Associado	293	PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	159.424.143,00	3.913.995,00
<b>Rede de Infraestrutura – Total</b>			<b>3.265.393.146,00</b>	<b>1.390.100.924,00</b>
<b>PROGRAMAS ESPECIAIS</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Programa</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Especial	701	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.402.452.043,00	14.075.377.687,00
Especial	702	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	35.841.465.103,00	40.536.927.200,00
Especial	703	PROCESSO JUDICIÁRIO	577.641.725,00	604.488.809,00
Especial	704	EDIÇÃO, IMPRESSÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO JORNAL MINAS GERAIS E DOS SERVIÇOS GRÁFICOS	32.436.533,00	34.317.852,00
Especial	705	ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR AO SEGURADO	664.000,00	685.726,00
Especial	706	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	897.631.173,00	975.301.118,00
Especial	707	AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO PROCESSUAL	1.017.324,00	1.076.329,00
Especial	709	COMUNICAÇÃO SOCIAL	41.901.392,00	44.331.673,00
Especial	710	ASSESSORAMENTO SUPERIOR	880.000,00	1.267.980,00
Especial	711	REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO	5.713.723,00	6.045.177,00
Especial	712	ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	1.900.000,00	1.700.000,00
Especial	714	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REPAROS DE BENS IMÓVEIS	5.001.000,00	6.394.732,00
Especial	715	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SEGURADOS E DOS SEUS DEPENDENTES	481.377.962,00	553.358.050,00
Especial	720	PLANO DE ATENÇÃO À SAÚDE	481.198.971,00	509.067.298,00
Especial	721	CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	1.000.709,00	462.500,00
Especial	724	ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	205.944,00	217.891,00
Especial	725	SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL	2.501.000,00	3.001.000,00
Especial	726	ACESSO À JUSTIÇA	10.112.235,00	10.545.319,00
Especial	729	PROCESSO LEGISLATIVO	372.320.880,00	680.689.806,00

Especial	730	APOIO E ACESSORAMENTO ESTRATÉGICO AO GOVERNADOR	2.147.944,00	315.000,00
Especial	731	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS	484.592,00	515.872,00
Especial	732	SERVIÇOS PRÓPRIOS DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS BENEFICIÁRIOS	143.181.172,00	151.485.679,00
Especial	734	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	4.261.200,00	4.157.940,00
Especial	736	PROGRAMA DE APOIO HABITACIONAL AOS MILITARES	175.378.150,00	226.850.083,00
Especial	737	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	2.200.000,00	2.000.000,00
Especial	738	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	24.079.071,00	9.500.000,00
Especial	741	AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	2.340.000,00	2.649.427,00
Especial	743	SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	10.819.080,00	11.305.939,00
Especial	746	CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	398.388.983,00	430.230.822,00
Especial	749	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.180.621.829,00	1.319.810.941,00
Especial	751	PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	976.436.970,00	1.137.725.462,00
Especial	760	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	6.082.850,00	6.386.993,00
Especial	764	ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR	27.200.000,00	29.000.000,00
Especial	765	APOIO HABITACIONAL	2.800.000,00	6.000.000,00
Especial	766	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.346.091,00	4.541.665,00
Especial	767	RESERVA DE BENEFÍCIOS	48.349.024,00	50.418.581,00
Especial	768	APORTE DE CAPITAL - MGI	2.000,00	2.000,00
Especial	772	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	1.000.000,00	8.000.000,00
Especial	778	PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA AO PECÚLIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	54.560.577,00	74.026.427,00
Especial	999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	615.395.641,00	642.473.049,00
<b>Programas Especiais – Total</b>			<b>54.837.496.891,00</b>	<b>62.162.652.027,00</b>
<b>TOTAL ESTRUTURADORES</b>			<b>17.154.550.257,00</b>	<b>15.046.270.909,00</b>
<b>TOTAL ASSOCIADOS</b>			<b>9.502.664.064,00</b>	<b>8.716.046.131,00</b>

<b>TOTAL ESPECIAIS</b>	<b>54.837.496.891,00</b>	<b>62.162.652.027,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>81.494.711.212,00</b>	<b>85.924.969.067,00</b>

Obs: O valor relativo ao total por ano corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intra-orçamentárias.

<b>DISTRIBUIÇÃO DE METAS FINANCEIRAS POR REDE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E REGIÕES, PPAG 2012-2015, PARA O EXERCÍCIO 2014</b>		
<b>Rede de Atenção em Saúde</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	166.597.518,00	124.984.932,00
Central	2.976.976.182,00	2.209.139.105,00
Centro Oeste	191.234.608,00	111.005.705,00
Estadual	1.946.690.982,00	3.978.109.671,00
Jequitinhonha / Mucuri	225.537.561,00	108.532.831,00
Mata	503.055.591,00	423.462.345,00
Noroeste de Minas	21.900.442,00	15.898.601,00
Norte de Minas	331.601.817,00	218.945.852,00
Rio Doce	194.952.947,00	125.645.452,00
Sul de Minas	557.072.274,00	392.158.842,00
Triângulo	134.498.882,00	91.917.794,00
<b>Total</b>	<b>7.250.118.804,00</b>	<b>7.799.801.130,00</b>
<b>Rede Cidades</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	32.750,00	36.150,00

Central	248.739.761,00	80.475.315,00
Centro Oeste	306.264,00	342.400,00
Estadual	323.771.125,00	659.810,00
Jequitinhonha / Mucuri	13.180.697,00	10.688.602,00
Mata	13.437.479,00	10.830.951,00
Noroeste de Minas	10.885.200,00	8.734.157,00
Norte de Minas	21.340.787,00	17.147.400,00
Rio Doce	24.635.522,00	20.254.977,00
Sul de Minas	7.777.407,00	6.317.236,00
Triângulo	33.000,00	41.100,00
<b>Total</b>	<b>664.139.992,00</b>	<b>155.528.098,00</b>
<b>Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	524.508,00	548.218,00
Central	217.234.892,00	187.862.012,00
Centro Oeste	2.743.385,00	2.793.419,00
Estadual	15.337.074,00	30.857.400,00
Jequitinhonha / Mucuri	610.244,00	358.420,00
Mata	39.951.699,00	35.901.727,00
Noroeste de Minas	705.448,00	247.489,00
Norte de Minas	21.134.753,00	10.571.432,00
Rio Doce	929.986,00	998.408,00
Sul de Minas	27.699.349,00	26.814.549,00
Triângulo	107.349.767,00	72.961.659,00
<b>Total</b>	<b>434.221.105,00</b>	<b>369.914.733,00</b>
<b>Rede de Defesa e Segurança</b>		

<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	47.978.228,00	50.703.691,00
Central	1.593.331.767,00	1.572.495.991,00
Centro Oeste	65.058.870,00	40.178.472,00
Estadual	59.079.867,00	61.262.374,00
Jequitinhonha / Mucuri	30.615.440,00	32.202.275,00
Mata	69.439.170,00	92.242.772,00
Noroeste de Minas	15.428.604,00	27.120.558,00
Norte de Minas	54.985.594,00	63.244.879,00
Rio Doce	69.979.050,00	71.206.205,00
Sul de Minas	113.553.379,00	83.454.900,00
Triângulo	66.815.022,00	66.757.890,00
<b>Total</b>	<b>2.186.264.991,00</b>	<b>2.160.870.007,00</b>
<b>Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	50.120.369,00	12.668.165,00
Central	870.768.304,00	511.762.340,00
Centro Oeste	48.736.519,00	7.012.268,00
Estadual	1.510.699.783,00	1.912.361.012,00
Jequitinhonha / Mucuri	40.832.406,00	7.804.128,00
Mata	44.669.558,00	18.899.464,00
Noroeste de Minas	33.089.829,00	7.705.424,00
Norte de Minas	72.365.703,00	63.578.953,00
Rio Doce	87.653.689,00	18.812.365,00
Sul de Minas	85.432.543,00	23.800.385,00
Triângulo	59.875.389,00	29.126.633,00
<b>Total</b>	<b>2.904.244.092,00</b>	<b>2.613.531.137,00</b>

<b>Rede de Desenvolvimento Rural</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	1.695.626,00	1.835.068,00
Central	67.522.585,00	66.331.246,00
Centro Oeste	4.037.189,00	2.192.296,00
Estadual	12.360.569,00	13.106.197,00
Jequitinhonha / Mucuri	29.499.140,00	30.878.450,00
Mata	6.217.687,00	7.091.047,00
Noroeste de Minas	8.142.287,00	8.274.175,00
Norte de Minas	35.540.301,00	35.622.701,00
Rio Doce	7.613.816,00	8.160.920,00
Sul de Minas	6.854.477,00	7.408.090,00
Triângulo	4.340.027,00	4.836.786,00
<b>Total</b>	<b>183.823.704,00</b>	<b>185.736.976,00</b>
<b>Rede de Desenvolvimento Social e Proteção</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	10.187.913,00	11.245.077,00
Central	117.352.129,00	111.022.387,00
Centro Oeste	13.492.594,00	14.007.997,00
Estadual	49.484.037,00	51.387.785,00
Jequitinhonha / Mucuri	78.157.383,00	80.720.362,00
Mata	44.293.555,00	43.210.162,00
Noroeste de Minas	6.098.083,00	6.318.912,00
Norte de Minas	96.816.950,00	101.802.695,00
Rio Doce	50.839.096,00	50.575.559,00
Sul de Minas	31.479.594,00	32.404.953,00

Triângulo	15.145.989,00	20.139.147,00
<b>Total</b>	<b>513.347.323,00</b>	<b>522.835.036,00</b>
<b>Rede de Educação e Desenvolvimento Humano</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	39.426.282,00	45.070.275,00
Central	431.124.252,00	393.482.802,00
Centro Oeste	52.886.796,00	60.144.741,00
Estadual	7.062.460.563,00	6.734.208.007,00
Jequitinhonha / Mucuri	96.621.663,00	111.927.172,00
Mata	130.367.676,00	151.841.810,00
Noroeste de Minas	26.507.673,00	31.349.965,00
Norte de Minas	148.103.281,00	166.286.834,00
Rio Doce	123.560.556,00	135.541.607,00
Sul de Minas	147.530.836,00	169.283.920,00
Triângulo	59.643.993,00	68.319.479,00
<b>Total</b>	<b>8.318.233.571,00</b>	<b>8.067.456.612,00</b>
<b>Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	2.333.319,00	2.436.850,00
Central	554.051.016,00	315.088.791,00
Centro Oeste	4.263.545,00	4.461.032,00
Estadual	1.441.745,00	2.160.821,00
Jequitinhonha / Mucuri	4.656.613,00	4.866.517,00
Mata	6.964.551,00	7.300.156,00
Noroeste de Minas	2.441.610,00	2.551.588,00
Norte de Minas	1.611.062,00	1.675.450,00

Rio Doce	5.373.650,00	5.609.607,00
Sul de Minas	12.699.971,00	13.039.488,00
Triângulo	6.196.529,00	6.514.169,00
<b>Total</b>	<b>602.033.611,00</b>	<b>365.704.469,00</b>
<b>Rede de Identidade Mineira</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	1.833.274,00	815.706,00
Central	291.366.512,00	85.999.326,00
Centro Oeste	1.241.349,00	1.220.808,00
Estadual	26.114.271,00	28.807.143,00
Jequitinhonha / Mucuri	1.118.131,00	839.781,00
Mata	5.242.060,00	4.766.275,00
Noroeste de Minas	400.341,00	390.013,00
Norte de Minas	1.439.814,00	1.343.312,00
Rio Doce	1.665.755,00	1.681.690,00
Sul de Minas	3.871.687,00	3.887.436,00
Triângulo	1.100.788,00	1.086.428,00
<b>Total</b>	<b>335.393.982,00</b>	<b>130.837.918,00</b>
<b>Rede de Infraestrutura</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	176.063.094,00	15.372.844,00
Central	1.240.302.992,00	559.767.925,00
Centro Oeste	366.734.853,00	132.539.601,00
Estadual	24.022.678,00	5.156.950,00
Jequitinhonha / Mucuri	123.383.737,00	16.961.838,00
Mata	394.483.622,00	175.435.345,00



Noroeste de Minas	101.214.354,00	74.244.770,00
Norte de Minas	158.059.284,00	51.304.416,00
Rio Doce	130.838.071,00	72.790.181,00
Sul de Minas	409.161.374,00	241.619.109,00
Triângulo	141.129.087,00	44.907.945,00
<b>Total</b>	<b>3.265.393.146,00</b>	<b>1.390.100.924,00</b>
<b>PROGRAMAS ESPECIAIS</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	1.055.082.521,00	1.225.325.165,00
Central	26.738.365.373,00	30.453.015.479,00
Centro Oeste	1.585.111.635,00	1.868.202.750,00
Estadual	10.702.469.706,00	11.360.639.454,00
Jequitinhonha / Mucuri	868.562.816,00	1.008.657.855,00
Mata	3.147.067.893,00	3.705.862.523,00
Noroeste de Minas	481.885.733,00	554.615.180,00
Norte de Minas	1.822.469.456,00	2.109.975.720,00
Rio Doce	2.033.592.460,00	2.411.285.038,00
Sul de Minas	3.669.219.502,00	4.265.397.736,00
Triângulo	2.733.669.796,00	3.199.675.127,00
<b>Total</b>	<b>54.837.496.891,00</b>	<b>62.162.652.027,00</b>
<b>TOTAL POR REGIÃO</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
<b>Alto Paranaíba</b>	1.551.875.402,00	1.491.042.141,00
<b>Central</b>	35.347.135.765,00	36.546.442.719,00

<b>Centro Oeste</b>	2.335.847.607,00	2.244.101.489,00
<b>Estadual</b>	21.733.932.400,00	24.178.716.624,00
<b>Jequitinhonha / Mucuri</b>	1.512.775.831,00	1.414.438.231,00
<b>Mata</b>	4.405.190.541,00	4.676.844.577,00
<b>Noroeste de Minas</b>	708.699.604,00	737.450.832,00
<b>Norte de Minas</b>	2.765.468.802,00	2.841.499.644,00
<b>Rio Doce</b>	2.731.634.598,00	2.922.562.009,00
<b>Sul de Minas</b>	5.072.352.393,00	5.265.586.644,00
<b>Triângulo</b>	3.329.798.269,00	3.606.284.157,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>81.494.711.212,00</b>	<b>85.924.969.067,00</b>
Obs: O valor relativo ao total por ano corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intra-orçamentárias.		

<b>DISTRIBUIÇÃO DE METAS FINANCEIRAS POR TIPO DE PROGRAMA E REGIÕES, PPAG 2012-2015, PARA O EXERCÍCIO 2014</b>		
<b>VALOR TOTAL DOS PROGRAMAS ESTRUTURADORES POR REGIÃO</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
Alto Paranaíba	302.943.260,00	87.238.445,00
Central	5.091.133.676,00	3.047.489.426,00
Centro Oeste	450.697.484,00	191.042.183,00
Estadual	8.311.061.733,00	9.988.744.182,00
Jequitinhonha / Mucuri	358.854.660,00	174.358.606,00
Mata	564.292.637,00	361.849.727,00
Noroeste de Minas	169.397.408,00	121.002.965,00
Norte de Minas	452.095.354,00	257.005.517,00

Rio Doce	407.814.449,00	241.284.764,00
Sul de Minas	656.301.325,00	374.343.509,00
Triângulo	389.958.271,00	201.911.585,00
<b>Total Estruturadores</b>	<b>17.154.550.257,00</b>	<b>15.046.270.909,00</b>
<b>VALOR TOTAL DOS PROGRAMAS ASSOCIADOS POR REGIÃO</b>		
Alto Paranaíba	193.849.621,00	178.478.531,00
Central	3.517.636.716,00	3.045.937.814,00
Centro Oeste	300.038.488,00	184.856.556,00
Estadual	2.720.400.961,00	2.829.332.988,00
Jequitinhonha / Mucuri	285.358.355,00	231.421.770,00
Mata	693.830.011,00	609.132.327,00
Noroeste de Minas	57.416.463,00	61.832.687,00
Norte de Minas	490.903.992,00	474.518.407,00
Rio Doce	290.227.689,00	269.992.207,00
Sul de Minas	746.831.566,00	625.845.399,00
Triângulo	206.170.202,00	204.697.445,00
<b>Total Associados</b>	<b>9.502.664.064,00</b>	<b>8.716.046.131,00</b>
<b>VALOR TOTAL DOS PROGRAMAS ESPECIAIS POR REGIÃO</b>		
Alto Paranaíba	1.055.082.521,00	1.225.325.165,00
Central	26.738.365.373,00	30.453.015.479,00
Centro Oeste	1.585.111.635,00	1.868.202.750,00
Estadual	10.702.469.706,00	11.360.639.454,00
Jequitinhonha / Mucuri	868.562.816,00	1.008.657.855,00
Mata	3.147.067.893,00	3.705.862.523,00
Noroeste de Minas	481.885.733,00	554.615.180,00
Norte de Minas	1.822.469.456,00	2.109.975.720,00

Rio Doce	2.033.592.460,00	2.411.285.038,00
Sul de Minas	3.669.219.502,00	4.265.397.736,00
Triângulo	2.733.669.796,00	3.199.675.127,00
<b>Total Programas Especiais</b>	<b>54.837.496.891,00</b>	<b>62.162.652.027,00</b>
<b>TOTAL PARA CADA REGIÃO</b>		
<b>Região</b>	<b>Financeiro 2014</b>	<b>Financeiro 2015</b>
<b>Alto Paranaíba</b>	1.551.875.402,00	1.491.042.141,00
<b>Central</b>	35.347.135.765,00	36.546.442.719,00
<b>Centro Oeste</b>	2.335.847.607,00	2.244.101.489,00
<b>Estadual</b>	21.733.932.400,00	24.178.716.624,00
<b>Jequitinhonha / Mucuri</b>	1.512.775.831,00	1.414.438.231,00
<b>Mata</b>	4.405.190.541,00	4.676.844.577,00
<b>Noroeste de Minas</b>	708.699.604,00	737.450.832,00
<b>Norte de Minas</b>	2.765.468.802,00	2.841.499.644,00
<b>Rio Doce</b>	2.731.634.598,00	2.922.562.009,00
<b>Sul de Minas</b>	5.072.352.393,00	5.265.586.644,00
<b>Triângulo</b>	3.329.798.269,00	3.606.284.157,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>81.494.711.212,00</b>	<b>85.924.969.067,00</b>

Obs: O valor relativo ao total por ano corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intra-orçamentárias.



## ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/10/2013

### Presidência dos Deputados Ivair Nogueira e Bosco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.613 a 4.617/2013 – Requerimentos n°s 5.935 a 5.942/2013 – Requerimentos dos deputados Cabo Júlio e Ivair Nogueira e outros – Comunicações: Comunicações das Comissões de Turismo, da Pessoa com Deficiência, de Fiscalização Financeira, de Saúde e de Cultura e do deputado Glaycon Franco – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Fred Costa, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Rogério Correia – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos deputados Cabo Júlio e Ivair Nogueira e outros; deferimento – 2ª Fase: Questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda.

### Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– O deputado Rômulo Viegas, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Correspondência

– O deputado Duarte Bechir, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Issa Kimura, presidente da Associação Nacional de Procuradores de Assembleias Legislativas - Anpal -, agradecendo o apoio desta Casa à realização do XXXV Encontro da Anpal, a ser realizado nos dias 7 e 8/11/2013 na Escola do Legislativo da ALMG, e encaminhando cópia da Carta de Recife, aprovada no XXXIV Encontro da Anpal.

Do Sr. Álvaro Campos de Carvalho, superintendente regional do Dnit, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.404/2013, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Ambrósio Lucio Leal, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de União de Minas, agradecendo o apoio desta Casa na aprovação do Código Florestal.

Da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação, comunicando a cessão de instalações de escolas públicas do Município de Santa Luzia para a realização de atividades promovidas pelo projeto Band Cidadania.

Do Cel. PM Adeli Silvio Luiz, subchefe do Estado-Maior da PMMG, comunicando a impossibilidade de a Cel. Rosângela de Souza Freitas estar presente à audiência pública da Comissão de Cultura realizada em 18/9/2013. (- À Comissão de Cultura.)

Da Sra. Cláudia Cristina de Lima e Sá e dos Srs. Fernando Antônio Martins Lage, Geraldo Romeu da Costa, João Alberto Silva, José Maria Peixoto e Sérgio Murillo Lima Viana, presidentes das Câmaras Municipais de Bueno Brandão, Ferros, Piumhi, Pedralva, Raul Soares e Águas Formosas, respectivamente, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei n° 1.565/2011. (- Anexem-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Cleber Gonçalves Oliveira, superintendente regional Sudeste II do INSS, prestando informações relativas ao requerimento da deputada Liza Prado encaminhado pelo Ofício n° 1.876/2013/SGM.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.703/2013, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Eliane Parreiras, secretária de Estado de Cultura, agradecendo o apoio desta Casa à III Conferência Estadual de Cultura e solicitando a indicação de representantes para participarem da III Conferência Nacional de Cultura. (- À Comissão de Cultura.)



Do Sr. Florian Augusto Coutinho Madruga, presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, solicitando a participação do servidor Guilherme Wagner Ribeiro no XXII Encontro dessa associação, a ser realizado em Brasília, nos dias 30 e 31/10/2013.

Do Sr. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de justiça adjunto institucional (2), solicitando a esta Casa o encaminhamento de documentação e de informações visando à instrução de processos correntes na Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público.

Do Sr. Isaías Silvestre, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.477/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Joselito Rodrigues de Castro, diretor-executivo da concessionária Nascentes das Gerais, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Transporte encaminhando pelo Ofício nº 1.277/2013/SGM.

Do Sr. Marcelo Miná Dias, assessor especial do ministro do Desenvolvimento Agrário, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.015/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (6), prestando informações relativas aos Requerimento nºs 4.578, 5.081, 5.169/2013, da Comissão de Direitos Humanos, 4.580/2013, da Comissão de Segurança Pública, 5.103/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e 5.122/2013, da Comissão de Administração Pública.

Do Sr. Ojandir Ubirajara Belini, prefeito municipal de Caxambu, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Saúde encaminhado por meio do Ofício nº 2.255 /2013 /SGM.

Do Sr. Paulo Sérgio Bomfim, diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de ações de defesa civil. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ramon Victor Cesar, presidente da BHTrans, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.930/2013, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Romeu Borges de Araujo Junior, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba, convidando o governador do Estado a promover a sanção do Código Florestal do Estado em Uberaba.

Do Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado em exercício, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.542 /2013, da Comissão de Direitos Humanos.

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 4.613/2013**

Autoriza a alienação, por permuta, de parte do imóvel de que trata a Lei nº 17.699, de 4 de agosto de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

**Art. 1º - Fica a donatária do imóvel de que trata a Lei nº 17.699, de 4 de agosto de 2008, Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma -, autorizada a alienar, por permuta, a área com 38.000m<sup>2</sup> (trinta e oito mil metros quadrados), conforme descrição contida no Anexo desta lei, a ser desmembrada do imóvel com área de 357.798m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e noventa e oito metros quadrados), situado no Bairro Várzea, Município de Lagoa Santa, e registrado sob o nº 32.375, à fls. 155 do Livro nº 2-FW, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Santa.**

**Art. 2º - A permuta de que trata o art. 1º estará sujeita às seguintes condições:**

I - o imóvel a ser recebido pela Feluma deverá situar-se no Município de Lagoa Santa e encontrar-se desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais;

II - no imóvel, deverá ser edificada, com área mínima de 15.000m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados) e no prazo máximo de 10 anos contados a partir da data de publicação desta lei, instalação destinada às atividades e aos cursos oferecidos pela Feluma, de acordo com diretrizes e especificações dessa fundação;

III - a edificação de que trata o inciso II será entregue à Feluma pronta para uso, com a regular baixa e o habite-se junto ao Município de Lagoa Santa.

**Parágrafo único - O descumprimento de qualquer das condições relacionadas no *caput* ensejará a anulação da permuta.**

**Art. 3º - Reverterá ao patrimônio do Estado com as respectivas acessões e benfeitorias:**

I - a área a que se refere o art. 1º a ser permutada pela Feluma, na hipótese de a permuta não ocorrer no prazo de dez anos contados a partir da data de publicação desta lei ou de descumprimento das condições de que trata o art. 2º; ou

II - o imóvel recebido pela Feluma se, a qualquer tempo, a fundação deixar de cumprir os encargos de que trata o art. 5º.

**Art. 4º - A área remanescente do imóvel de que trata a Lei nº 17.699, de 2008, será revertida ao Estado, livre de ônus e encargos, no prazo de seis meses, contados a partir da data de publicação desta lei.**

**Art. 5º - Como encargos da permuta de que trata esta lei, a Feluma:**

I - cumprirá as obrigações consistentes na instalação de:

a) ambulatório integrado de atenção à saúde e educação dirigido ao público em geral;

b) complexo de ensino superior formado por câmpus universitário de graduação de ensino superior;



II - destinará 10% (dez por cento) das vagas de ensino superior para alunos com bolsas acadêmicas integrais;  
III - promoverá a implementação do programa de internato de saúde coletiva - internato rural -, no Município de Lagoa Santa e nos municípios vizinhos interessados.

Parágrafo único - Para atender aos encargos a que se refere o *caput*, fica a Feluma autorizada a oferecer o imóvel em garantia de financiamento, ficando a cláusula de reversão e demais obrigações garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador.

Art. 6º - Fica revogado o art. 2º da Lei nº 17.699, de 2008, e a Lei nº 20.028, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Zé Maia

### Anexo

#### (a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2013)

Justificação: O Estado de Minas Gerais foi autorizado pela Lei nº 17.699, de 4 de agosto de 2008, a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - imóvel com área de 357.798m<sup>2</sup>, situado no Bairro Várzea, no Município de Lagoa Santa.

A finalidade dessa alienação era conjugar esforços com a fundação, para o soerguimento da infraestrutura necessária à implantação dos cursos de graduação de ensino superior na área de ciências da saúde. Pretendia-se dotar a Região Metropolitana de Belo Horizonte de um moderno equipamento de ensino e assistência, que pudesse contribuir para a redução do déficit de formação de médicos e demais profissionais da saúde.

Em face das dificuldades inerentes à implantação desse equipamento, o prazo para adimplemento da condição foi dilatado, mediante nova autorização legislativa. Entretanto, será necessário o concurso de outros fatores econômicos para que, efetivamente, possa ser efetivada a intenção inicial do administrador público.

Em decorrência desses fatos, o projeto de lei em tela visa a autorizar a Feluma a articular-se em parceria com entidades privadas, a fim de viabilizar a construção do supramencionado câmpus universitário. A intenção é possibilitar que a Feluma possa atender aos propósitos originais do Estado, por meio da permuta de 38.000m<sup>2</sup>, parte do imóvel que recebeu do Estado, para viabilizar a modernização da infraestrutura de ensino nessa área estratégica.

A área remanescente do imóvel inicialmente doado deverá ser revertida ao patrimônio dominial do Estado, para que possa ser utilizada em outros projetos que beneficiem o interesse público.

Com o propósito de possibilitar a melhoria do ensino na área de ciências da saúde, solicitamos o apoio dos demais parlamentares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 4.614/2013

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro São Miguel, com sede no Município de Cambuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro São Miguel, com sede no Município de Cambuí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Ulysses Gomes

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro São Miguel, com sede no Município de Cambuí, é uma sociedade filantrópica, de caráter beneficente, que tem como finalidade a assistência religiosa, moral, educacional e material aos pobres, garantido-lhes uma vida digna e honesta no meio da sociedade.

Como a entidade cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, peço apoio para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 4.615/2013

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares e Produtores Rurais de Cruzília, com sede no Município de Cruzília.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares e Produtores Rurais de Cruzília, com sede no Município de Cruzília.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Justificação: A Associação dos Agricultores Familiares e Produtores Rurais de Cruzília, com sede no Município de Cruzília, é uma entidade sem fins lucrativos ou político-partidários. Tem como objetivos fomentar a integração social e profissional dos agricultores e de seus familiares e contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das técnicas de produção e manejo e para a melhoria da qualidade, da produtividade e da comercialização dos produtos agropecuários.

Uma vez que a entidade cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, peço apoio para a aprovação desta proposição.



- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 4.616/2013

Declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos do Distrito de Vila Nova de Minas - Soadvam -, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Amigos do Distrito de Vila Nova de Minas - Soadvam -, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Carlos Pimenta

Justificação: A Sociedade de Amigos do Distrito de Vila Nova de Minas - Soadvam -, com sede no Município de Montes Claros é uma associação sem fins econômicos, políticos ou religiosos, que tem duração por tempo indeterminado. É formada por pessoas da comunidade, tendo como finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária e pela melhoria das condições de vida e bem-estar da comunidade. A Sociedade de Amigos do Distrito de Vila Nova de Minas visa também, a prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade, além de representar a comunidade junto a instituições e órgãos públicos ou privados que de alguma forma, possam influir na vida comunitária, visando à satisfação de necessidades comuns.

A Sociedade de Amigos do Distrito de Vila Nova de Minas encontra-se em pleno e regular funcionamento desde 1982, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais. Os membros de sua diretoria são pessoas idôneas, não tendo nenhum tipo de remuneração, conforme atesta o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Antônio Silveira de Sá. As atividades dos diretores e dos conselheiros, bem como as dos associados, são inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação ou vantagem. A entidade não faz distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio.

Em caso de dissolução da associação, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Peço, pois, aos meus nobres pares a aprovação deste projeto, atendidos que se acham os requisitos da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 4.617/2013

Declara de utilidade pública a Associação Filhos de Maria, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Filhos de Maria, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Carlos Pimenta

Justificação: A Associação Filhos de Maria, com sede no Município de Montes Claros, é uma entidade legalmente constituída, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, beneficente, educativo, social, cultural e formador, com duração por tempo indeterminado.

A entidade não faz distinção de raça, cor, idade, sexo, nacionalidade, religião, convicção política, filosófica ou de outra natureza no desenvolvimento de suas atividades e objetivos. Tem como finalidade a prestação de serviços, gratuitamente e de forma permanente, sem distinção de clientela, em projetos e programas de assistência social, segundo o parágrafo único do art. 2º de seu estatuto.

A Associação Filhos de Maria encontra-se em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais. Os membros de sua diretoria, de reconhecida idoneidade, não são remunerados, conforme atesta o presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, vereador Valcir Soares Silva. A entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes. Também não faz distribuição de dividendos nem de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, como dispõe o art. 31 do estatuto.

Em caso de dissolução ou extinção da entidade, os bens remanescentes, após a quitação de suas obrigações, serão destinados a entidade congênere, designada pela Assembleia Geral, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Peço, pois, aos meus nobres pares a aprovação deste projeto, atendidos que se acham os requisitos da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 5.935/2013, do deputado Braulio Braz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Rádio de Muriaé pelo seu aniversário de 70 anos. (- À Comissão de Transporte)

Nº 5.936/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, que atuaram na ocorrência na região do Bairro Nova





Contagem, em Contagem, que resultou na apreensão de dois adolescentes e de aproximadamente 8,5kg de maconha, 22 pedras de crack e uma pistola 765; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 5.937/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão da Polícia Militar, que atuaram na ocorrência, em Patos de Minas, que resultou na prisão de uma pessoa e na apreensão de uma balança de precisão, material para embalagem de droga e 4kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 5.938/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, que atuaram na ocorrência no Bairro Santo Inácio, em Montes Claros, que resultou na prisão de 7 adultos e na apreensão de uma adolescente e de R\$223,26 em dinheiro, munições e 45kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 5.939/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 25º Batalhão de Polícia Militar, que atuaram na ocorrência em Sete Lagoas que resultou na prisão de 5 adultos e na apreensão de um adolescente e de um revólver calibre 38, dois revólveres calibre 32, uma pistola calibre 380 contendo 15 cartuchos intactos do mesmo calibre, 6 balas calibre 38, 11 balas calibre 32, 11 frascos contendo substância inalante, 30 frascos de loló, 5 tabletes de maconha, 8 papelotes de cocaína e R\$300,00 em dinheiro; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.940/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para instalar uma passarela na Rodovia MG-424, próximo ao Distrito de Dr. Lund, no Município de Pedro Leopoldo.

Nº 5.941/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Ministério das Comunicações pedido de providências para a manutenção, entre 19 e 20 horas, do horário de transmissão obrigatória do programa de rádio *A Voz do Brasil*.

Nº 5.942/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que sejam realizadas as seguintes intervenções nas linhas intermunicipais que atendem o Município de Igarapé: extensão da linha até a rodoviária de Igarapé; ampliação do quadro de horários, especialmente nos horários de pico; melhoria das condições de segurança e conforto dos veículos; fiscalização do cumprimento do quadro de horários, do itinerário e das condições de segurança; revisão do preço das tarifas; e garantia da presença de trocadores nos veículos.

– São também encaminhados à presidência requerimentos dos deputados Cabo Júlio e Ivair Nogueira e outros.

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Turismo, da Pessoa com Deficiência, de Fiscalização Financeira, de Saúde e de Cultura e do deputado Glaycon Franco.

### Questões de Ordem

O deputado Cabo Júlio – Presidente, falarei rapidamente, só para externar o meu nojo por uma situação que aconteceu nos últimos dois, três dias. As redes sociais e a televisão têm noticiado a filmagem de um assalto a um motociclista em São Paulo, em que dois homens numa moto tentaram assaltar um segurança. Desceram da moto armados com pistola, e um policial militar desceu do carro, interveio no assalto e baleou o bandido. Mas o que me causou nojo, presidente, é que as mesmas redes sociais mostraram a ministra dos Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário, assistindo a essa filmagem e chorando pelo bandido baleado. Queria dizer à ministra que houve em Francisco Sá o caso de um agente de segurança prisional que foi vítima de uma emboscada. Ele levava um bandido a um hospital em Francisco Sá, e um grupo de bandidos armados, até de fuzis, balearam esse agente de segurança prisional, que corre o risco de perder o braço, e não vi essa mesma ministra chorar pelo policial baleado. Então, se a ideia da ministra de Direitos Humanos é chorar por causa de bandido que tenta assaltar os outros e é baleado, queria levá-la ao presídio para ela adotar um tanto de bandidos e levá-los para sua casa, porque nunca vi e não vejo manifestações da ministra chorando quando um policial perde a vida. Não vejo esses pseudodefensores de direitos humanos dos bandidos serem defensores de direitos humanos dos humanos direitos. Não vejo essas pessoas prestarem solidariedade quando um policial morre ou é baleado. Então, presidente, fica o nosso repúdio e, na condição de policial e deputado que sou, o meu nojo pelo papel dessa ministra, pelo que ela fez, pelo desserviço que presta à sociedade, quando um bandido coloca uma arma num cidadão e mata por R\$5,00 ou por causa de uma moto, e o papel do governo é chorar. Então, que a ministra adote os bandidos que estão presos, estupradores e assaltantes, e os leve para sua casa. É isso que ela deve estar merecendo, presidente.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. Presidente, pedi essa questão de ordem para comunicar que hoje, aqui em Belo Horizonte, inicia-se o 17º Congresso Brasileiro de Mastologia, do qual estaremos fazendo parte. É triste ver os dados anuais do câncer de mama no Brasil: cerca de 50 mil novos casos, com 10 mil pessoas que vão a óbito. Vimos também outro dado: 50% das mulheres acima dos 40 anos de idade ainda não têm acesso ao principal aliado do diagnóstico de câncer de mama, que é a mamografia. Para esse vazio existencial, criamos um projeto de lei que já foi sancionado pelo governo do Estado. Estamos implantando, neste mês, as unidades móveis oncológicas, as carretas da prevenção, que levarão o acesso à mamografia a todos os municípios mineiros. Há ainda um segundo dado importantíssimo, que me trouxe grande preocupação: hoje, 90% das mulheres que são acometidas de câncer de mama não têm sua mama reconstruída. Já existe um projeto de lei federal da deputada Maria Elvira desde 1999 que dá direito a todas as pacientes submetidas a tratamento de câncer a terem sua reconstrução mamária efetivada. Mas é triste saber que, depois de 15 anos de lei, 90% das mulheres ainda não reconstruíram sua mama e estão aguardando a cirurgia nas filas. Criamos um projeto de lei, nesta Casa, que está pronto para ir a Plenário - e espero que vá a Plenário e seja sancionado pelo governo do Estado -, porque sabemos diretamente o porquê de as pacientes não terem sua mama reconstruída. Recentemente houve uma inovação dessa lei em Brasília



determinando que a reconstrução de mama fosse feita prioritariamente e imediatamente após o tratamento do câncer, salvo alguns impedimentos técnicos. Mas quais são esses impedimentos técnicos? A falta de um anestesista, um defeito no equipamento de anestesia ou uma equipe que não tem um cirurgião plástico treinado para fazer a cirurgia, tudo isso é impedimento técnico. Então as pacientes continuarão sem suas mamas reconstruídas. Essa lei não trouxe nenhuma inovação e não cria critérios para que a mama seja reconstruída de imediato. É preciso definir os impedimentos técnicos no prontuário da paciente e dizer: “Sua mama não será reconstruída porque não temos um cirurgião plástico na equipe, porque a remuneração não estimula o cirurgião a fazer a reconstrução mamária ou porque a prótese custa um preço, e o SUS paga só a metade”. É preciso haver clareza nas leis, para que sejam feitas para trazer benefícios às pessoas. Há um projeto de lei aqui, na Assembleia, que verdadeiramente garantirá que todas as pacientes portadoras de câncer de mama tenham sua mama reconstruída imediatamente, mas é preciso colocar os impedimentos técnicos no prontuário da paciente – e esse é o objeto de minha lei –, para que busque o serviço que fará a reconstrução imediatamente. Sr. Presidente, gostaria de deixar esta triste notícia: as pessoas ainda estão sofrendo com leis que existem há anos, mas que não trazem nenhum benefício à população.

O deputado Rogério Correia – Presidente, em primeiro lugar, queria comunicar a V. Exa., aos policiais civis que nos acompanham, desde agosto, acampados aqui, na Assembleia, e aos agentes penitenciários que o nosso Bloco Minas sem Censura, após acordo feito com a Polícia Civil, por intermédio do Sindipol e de outros sindicatos, está pronto para votar hoje o projeto de lei que dissemos estar em obstrução. Estamos aptos a votar, com os companheiros, o projeto de lei, claro, apresentando, a pedido do sindicato, as 26 emendas mostrando que o projeto não era o ideal. Pelo menos isso garantirá conquistas para os policiais civis, que estão de parabéns por sua luta. Queria informar também, presidente, que hoje tivemos, na porta da Assembleia Legislativa, uma assembleia do setor de saúde pública. Novamente eles começam a fazer uma mobilização, porque foi anunciado pelo governo reajuste zero para o conjunto do serviço público neste ano. Os professores e trabalhadores da educação estão chegando agora, às 14 horas, na Assembleia Legislativa, e irão substituir – vamos dizer assim – os servidores da Polícia Civil. Eles ficaram acampados em frente à residência do governador por 47 dias. E o governador entrou e saiu, entrou e saiu, mas não chamou nenhum professor nem as lideranças para entrar no palácio e saber o que está mal nas escolas públicas de Minas. Ignorou a educação pública e fingiu que não existia o movimento dos professores. Então, eles estão transferindo o acampamento em frente à residência do governador para a Assembleia Legislativa. Conclamo os deputados de todos os partidos a receber bem as professoras que vieram reivindicar. Aliás, ontem foi o Dia do Professor, e recebê-los bem na Assembleia Legislativa significa também dar atenção às suas reivindicações. Não sei se vocês sabem, mas em Minas Gerais uma professora vale a metade do que vale um presidiário, o governo gasta com um preso por mês mais do que paga a uma professora. Essa, infelizmente, é a situação da educação no Estado de Minas Gerais. Por fim, gostaria de falar da minha preocupação com o quadro de Minas Gerais. Já venho alertando para isso há muito tempo, o governo vem falando muitas mentiras na televisão, dizendo que Minas está bem, que tem choque de gestão, déficit zero, PIB da China, que tem servidor satisfeito e professora rindo à toa, que os agentes penitenciários, que sofrem com os presidiários, também recebem bem, que a Polícia Civil está bem e os dados da segurança melhoram. São mentiras, uma atrás da outra, na televisão, o Estado de Minas Gerais é a oitava maravilha do mundo, o Brasil vai mal, mas em Minas vai tudo bem, segundo eles. Como tudo é escondido pela irmã do senador, que controla financeiramente todas as verbas publicitárias em Minas Gerais, venho alertando que isso não é verdade. E hoje vi dois dados preocupantes. O jornal *Hoje em Dia* traz dados da Fiemg e do CDL, pelos quais o comércio de Minas está em ritmo lento. Em 12 meses o Estado de Minas teve avanço de 7,3% da receita nominal das vendas, a menor variação do País. Minas está, portanto, com o pior índice de comércio no Brasil nesses últimos 12 meses. Para se ter ideia, em Roraima o aumento no comércio foi de 20%. Portanto, Minas vai mal no item serviços e comércio. E Minas deverá ter a menor expansão do País em 2013. Então, o “pibinho” do Aecinho, que é muito pequenininho, foi pequeno no ano passado. Quero apenas dizer que o “pibinho” do Aecinho continua tão pequenininho quanto no ano passado. E pergunto: onde está o PIB da China? Onde está o choque de gestão? Onde está o déficit zero? Está aí o governo endividado e os servidores públicos sofrendo com o choque de gestão do governo. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, estamos convictos da necessidade de unirmos esforços e votar o projeto de lei que trata da Polícia Civil. Estamos reunindo os esforços de toda a bancada para votá-lo e, assim, dar a resposta que a Polícia Civil tem esperado desta Casa. Vamos tentar votar hoje ainda. Vamos fazer uma tentativa de nos reunirmos depois do pinga-fogo para a votação, e queria pedir aos deputados que estão em gabinete que se mantivessem na Casa, e que as assessorias convocassem seus deputados e os cientificassem da nossa pretensão. Mas quero fazer uma ressalva muito importante. Estamos nos mobilizando para que, na próxima semana, com toda certeza, tenhamos quórum para a votação. Isso já está sendo mobilizado, e é uma garantia para a próxima terça-feira, em uma reunião extraordinária. E, para finalizar, acredito que exista mais de um estado na visão de muitos mineiros. Claro que existe. O estado em que moro é totalmente diferente desse a que o deputado Rogério Correia se referiu. Moro em outro estado muito bem administrado. Moro num estado sério, competente e, claro, com os problemas de todos os estados do Brasil, como reflexo da má distribuição dos recursos públicos, concentrados exclusivamente em Brasília. Se Brasília não vai bem, os estados sofrem com a má gestão. Agradeço o carinho, a recepção que os senhores nos dão. Diante desse carinho que nos dão, faremos diferente. Vamos votar para ajudar. Antes quero agradecer essas manifestações carinhosas, calorosas. Se não compartilharmos todas as ideias, se não as discutirmos, prevalecerão apenas algumas delas. Moro em um estado diferente do estado mencionado pelo deputado Rogério Correia. Muito obrigado.

### Oradores Inscritos

– Os deputados Fred Costa, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.



## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.940 a 5.942/2013, da Comissão de Transporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Turismo – aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 15/10/2013, dos Requerimentos nºs 5.592 e 5.611/2013, do deputado Ivair Nogueira, 5.733/2013, do deputado Duarte Bechir, 5.737/2013, da deputada Rosângela Reis, 5.740/2013, do deputado Ulysses Gomes, e 5.864/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 9ª Reunião Extraordinária, em 15/10/2013, do Requerimento nº 5.861/2013, do deputado Anselmo José Domingos; de Fiscalização Financeira – aprovação, na 33ª Reunião Extraordinária, em 15/10/2013, do Requerimento nº 5.755/2013, da deputada Liza Prado, na forma do Substitutivo nº 1; de Saúde – aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 16/10/2013, do Projeto de Lei nº 4.383/2013, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e do Requerimento nº 5.896/2013, do deputado Ulysses Gomes; e de Cultura – aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 16/10/2013, dos Projetos de Lei nºs 2.850/2012, do deputado Tiago Ulisses, 4.270/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 4.480/2013, do deputado Paulo Lamac; e pelo deputado Glaycon Franco – informando sua filiação ao Partido Trabalhista Nacional – PTN – a partir de 2/10/2013 (Ciente. Publique-se.).

#### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do deputado Cabo Júlio em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.350/2013 (Arquive-se o projeto.).

O presidente (deputado Bosco) – Requerimento do deputado Ivair Nogueira e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Massimo Battaglini. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

### **2ª Fase**

O presidente (deputado Ivair Nogueira) – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, em face da visita dos nossos companheiros da Polícia Civil, dos agentes de segurança penitenciária, temos matéria importante na pauta a ser votada. Não é por acaso que apresentamos nesta Casa uma proposta de emenda constitucional, assinada, inclusive, por quase 70 deputados, para fazer o desconto no salário do deputado que não comparece à reunião ordinária para votar. Temos de fazer esse desconto; o deputado precisa sentir no bolso para vir. Deputado é obrigado a comparecer nas reuniões ordinárias de terça, quarta e quinta-feira, às 14 horas. Então, faço um apelo a V. Exa., pois temos matérias importantes, e já aportei o requerimento à Mesa solicitando inversão da pauta para que o Projeto de Lei Complementar nº 23/2012 e o Projeto de Lei nº 4.040/2013 possam ser votados em primeiro plano, pois a discussão já se encerrou, e estão em processo de votação. Portanto, solicito de V. Exa. que, imediatamente, faça a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Bosco) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 21 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 18/9/2013**

Às 14h30min, comparecem na sala das comissões a deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BAM) e os deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: das Sras. Elisa Smaneoto, diretora de gestão interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.015/2013, que solicita providências para viabilizar pequenos barramentos de cursos de água para uso em propriedade rural, por meio do enquadramento como interesse social via ato infralegal. A resposta recebida informa que o documento foi encaminhado aos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento



Agrário, publicada no *Diário do Legislativo* de 13/9/2013; Raimunda Helena Nahun Gomes, chefe de gabinete do presidente do Inbra, prestando informações relativas ao ofício nº 1.573/2013/SGM, onde consta que a matéria será submetida a análise para verificar a viabilidade de atendimento, publicada no *Diário do Legislativo* de 10/8/2013; e Cleide Edvirges Santos Laia, chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando que o ofício relativo ao Requerimento nº 5.015/2013, acerca da construção de pequenos barramentos, foi encaminhado ao gabinete da Ministra do Meio Ambiente, publicado no *Diário do Legislativo* de 14/9/2013; e do Sr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da Agência Nacional das Águas - ANA -, prestando informações relativas ao Ofício nº 1.572/2013/SGM, informando que a ANA não dispõe de estudos sobre os planos de construção de barragens de regularização na calha dos rios Carinhanha, Urucuia e Paracatu, publicado no *Diário do Legislativo* de 8/8/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas, em Nossa Senhora da Paz (Farofa), Distrito de São Joaquim de Bicas, para debater os impactos ambientais causados pelos grandes empreendimentos na região do Médio Paraopeba; do deputado Almir Paraca (6) em que solicita (1) seja realizada reunião da comissão para debater as agências de bacia hidrográfica, no contexto das legislações federal e estadual de recursos hídricos, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: a) natureza jurídica e competências; b) formas de instituições admitidas pela legislação como agência de bacia hidrográfica; c) autonomia das agências de bacia hidrográfica e sua relação com os gestores de recursos hídricos; d) autonomia dos comitês de bacia hidrográfica na aplicação de recursos geridos pelas agências de bacia hidrográficas; e) repasse de verbas públicas às agências de bacia hidrográfica; f) gestão dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água; g) prestação de contas pelas agências de bacia hidrográfica; h) celebração de contratos de gestão entre o poder público e as agências; i) custo operacional das agências de bacia hidrográfica; (2) seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - pedido de informações sobre os problemas enfrentados pela estação de tratamento de esgoto do Município de Três Marias e o cronograma de retorno completo às atividades; (3) seja realizada audiência pública da comissão para debater a desertificação na Região Noroeste de Minas, conforme levantamentos feitos por jornalistas do jornal *Estado de Minas* e apresentado em matérias veiculadas em série especial de reportagem intitulada "A Nova Fronteira da Sede", do repórter Mateus Parreiras; (4) seja encaminhado ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Inbra -, em Minas Gerais, pedido de providência para agilizar o atendimento ao Ofício nº 1573 - Gab. 5483/2013-81 da Comissão Extraordinária das Águas pedindo informações acerca da atual demanda de água para abastecimento público nos assentamentos de reforma agrária no Estado de Minas Gerais; (5) seja encaminhado ao Ministro do Meio Ambiente pedido de providência para acelerar o exame dos Ofícios nºs 2221 e 2222/2013 - GP/GAB/Gestão/DGI, da Presidência da República, em que a comissão solicita a viabilização de pequenos barramentos de cursos d'água para uso em propriedades rural, por meio do enquadramento desses barramentos como interesse social; e (6) seja realizada audiência pública desta comissão, no Município de Novo Cruzeiro, para debater a execução do programa Água para Todos na região, bem como as dificuldades enfrentadas pelo difícil acesso à água, para todos os fins, especialmente pelas comunidades rurais e agricultores da agricultura familiar, por solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; dos deputados Almir Paraca e Ulysses Gomes em que solicitam seja encaminhado ao diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil - CPRM - pedido de providências para elaborar estudo completo acerca das águas minerais de São Lourenço, contemplando o mapeamento das áreas de recarga, a análise da composição química das águas do município e a avaliação das propriedades curativas dessas águas; Pompílio Canavez e Rogério Correia (6) em que solicitam seja encaminhado ao presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio pedido de providências para suspender a outorga de uso da água para o Projeto Minas-Rio, que contempla a implantação de mineroduto, tendo em vista a denúncia apresentada em audiência pública desta comissão acerca da ameaça à garantia do uso múltiplo das águas, diretriz fundamental da legislação de recursos hídricos, em especial, no que diz respeito ao abastecimento público de água e dessedentação de animais; seja realizada visita desta comissão ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, acompanhada dos representantes das instituições que estiveram presentes na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2013, com o objetivo de levar a esse órgão a cópia das notas taquigráficas da referida reunião e expressar a preocupação dos participantes da audiência em relação à exaustão dos recursos hídricos do Estado e a necessidade de sua conservação e proteção, tendo em vista os projetos de implantação previstos e os já aprovados, inclusive na Região Norte, caracterizada pela escassez desses recursos; seja realizada audiência pública desta comissão, com a presença da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para debater os impactos ambientais da instalação do mineroduto (Projeto Minas-Rio) que interligará o Municípios de Conceição do Mato Dentro ao Município de São João da Barra (RJ); seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, pedido de providências para classificar, em caráter de urgência, os cursos d'água em Conceição do Mato Dentro, especialmente aqueles que não sofreram intervenções das obras do Projeto de Mineração Minas-Rio, visando a estabelecer metas de qualidade para os cursos d'água e a assegurar os usos preponderantes estabelecidos; seja encaminhado a Câmara dos Deputados pedido de providências para realizar audiência pública da comissão especial que analisa o novo Código de Mineração, na ALMG, previamente à emissão do relatório final da comissão; e seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para realizar audiência pública da comissão especial que analisa o novo Código de Mineração, na ALMG, previamente à emissão do relatório final da comissão; Almir Paraca, Pompílio Canavez e Rogério Correia (6) em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações detalhadas sobre a situação de desembolso financeiro para os projetos aprovados pelo Fhidro para o ano de 2013, sobre os recursos já aprovados e ainda não repassados, bem como sobre os possíveis entraves ou pendências que estão dificultando a aprovação dos projetos; seja encaminhado ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - pedido de providências para suspender os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, visando interromper temporariamente o transporte de minério no Estado de Minas Gerais, inclusive via minerodutos, até que seja aprovado o novo marco da mineração; seja encaminhado ao diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de providências para suspender os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, visando interromper temporariamente o transporte de



minério no Estado de Minas Gerais, inclusive via minerodutos, até que seja aprovado o novo marco da mineração; seja encaminhado ao presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - pedido de providências para suspender os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, visando interromper temporariamente, no Estado de Minas Gerais, o transporte de minério, inclusive via minerodutos, até que seja aprovado o novo marco da mineração; seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências para suspender os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, visando interromper temporariamente o transporte de minério no Estado de Minas Gerais, inclusive via minerodutos, até que seja aprovado o novo marco da mineração; e seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça as notas taquigráficas da 16ª Reunião Extraordinária das Águas, realizada em 26/8/13, expressando a preocupação dos participantes da audiência em relação à exaustão dos recursos hídricos do Estado e a necessidade de sua conservação e proteção, tendo em vista os diversos empreendimentos e projetos de implantação minerodutos, inclusive na Região Norte de Minas, caracterizada pela escassez desses recursos; Pompílio Canavez (6) em que solicita seja enviado ao diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS - pedido de providências para enviar aos comitês mineiros de bacia do Rio Doce, num período de 90 dias de previsibilidade, os dados relativos à operação dos reservatórios desta bacia, a fim de que os comitês tenham tempo de se articular com as empresas de saneamento e defesa civil e tomar as providências necessárias; seja enviado ao Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas - ANA - pedido de providências para aumentar a interação e o acompanhamento junto as bacias hidrográficas, principalmente no que diz respeito as situações de estiagem e enchentes, tão recorrentes, aproveitando a oportunidade para notificá-los acerca da situação extrema de escassez de água na Bacia do Rio Doce; seja enviado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - pedido de providências para aumentar a interação e o acompanhamento junto as bacias hidrográficas, principalmente no que diz respeito as situações de estiagem e enchentes, tão recorrentes, aproveitando a oportunidade para notificá-los acerca da situação extrema de escassez de água na Bacia do Rio Doce; (4) seja realizada audiência pública desta comissão para debater acerca da atuação da defesa civil no Estado de Minas Gerais; seja enviado ao Coordenador Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações esclarecendo acerca da existência e do teor do Plano Operativo, bem como a estrutura existente à disposição deste órgão, especialmente na região da bacia do Rio Doce; e seja realizada audiência pública desta comissão, em Alfenas, para debater a prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto pela Copasa nos municípios da região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, ser realizada na Câmara Municipal de Montes Claros, no próximo dia 25/9/2013, às 10 horas, com a finalidade de ouvir os comitês de bacia, de forma regionalizada, e discutir questões relacionadas com o uso da água e à gestão de recursos hídricos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Almir Paraca, presidente.

### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Tadeu Martins Leite e Duarte Bechir (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BRT), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.263, 3.441, 3.594 e 3.624/2012 e 3.703, 3.944, 3.988, 4.009, 4.083, 4.144 e 4.225/2013 (Duarte Bechir), e 4.246, 4.249, 4.262, 4.265, 4.266, 4.267, 4.269, 4.275, 4.277, 4.278 e 4.290/2013 (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.263, 3.441, 3.594 e 3.624/2012 e 3.703, 3.944, 3.988, 4.009, 4.083, 4.144, 4.225, 4.246, 4.249, 4.262, 4.265, 4.266, 4.267, 4.269, 4.275, 4.277, 4.278 e 4.290/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente – Rômulo Viegas – Duarte Bechir.

### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/10/2013**

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Glaycon Franco e Duarte Bechir (substituindo a deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas publicadas entre parênteses: ofícios da Sra. Rosângela Maria Alfenas de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Ubá; do Sr. Antônio Carlos Gonçalves (Lorindo), presidente da Câmara Municipal de Caeté; da Sra. Rosângela Maria Alfenas de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Ubá (21/9/2013); do Sr. Marcos da Luz



Evangelista Lima Martins, presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; do Sr. Eduardo César Moreira, presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba; do Sr. Waldir Cardoso Teixeira, vice-prefeito de Betim; do Sr. Gustavo Tadeu Campos e demais vereadores da Câmara Municipal de Arcos (26/9/2013); do Sr. Luis Antônio Resende, presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Monte (27/9/2013). A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.416 e 4.432/2013, no turno único (relator:deputado Almir Paraca); 2.345/2011 e 4.432/2013, no 1º turno (relator:deputada Liza Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Liza Prado (6) em que solicita seja encaminhado ao presidente do Congresso Nacional pedido de providências para que seja reavaliado o conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011, que atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, objetivando a destinação de dotação orçamentária específica para o órgão, e, ainda, sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, destacando a participação do defensor público convidado; seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de providências para que seja observada a reserva de vagas para pessoas com deficiência no Edital 1/2013 do concurso público para o órgão, acompanhado de denúncia encaminhada por meio do *Fale com a Assembleia* em 11/9/2013 por Marcelo Oliveira Campos; seja encaminhado ao presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa pedido de informação sobre a possibilidade de retorno do programa *Jornal Visual* à grade de programação; seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja destacado no orçamento estadual os recursos investidos em políticas públicas destinadas a grupos vulneráveis ou historicamente discriminados; seja encaminhada ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte cópia de ofício em que o secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte presta informações solicitadas no Requerimento de Comissão nº 6767/2013 sobre o quantitativo de cartões Bhubus destinadas a pessoas com deficiência; da deputada Liza Prado e dos deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as ações do Estado para inclusão de pessoas com deficiência; da deputada Liza Prado e do deputado Glaycon Franco, em que solicitam seja encaminhado ao presidente desta Casa ofício solicitando que os vídeos institucionais contenham interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mônica Farina Neves Santos, coordenadora de atenção à saúde da pessoa com deficiência, representado o secretário de Estado de Saúde; Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Soraya Rocha Galvão; mãe de pessoa com deficiência; Fátima das Graças Resende Matias, militante da educação da pessoa com deficiência; Denise Martins, representante do Conselho Regional de Psicologia; Lilian Rodrigues Santiago, técnica do serviço de inclusão da Prefeitura de Belo Horizonte; e os Srs. Frederico Oliveira Mota Pessoa, superintendente de esportes de rendimento e participação, representando o secretário de Estado de Esporte; Wellington Magalhães, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte; Wilson Bueno, presidente da Associação dos Deficientes Eficientes de Minas Gerais; Guilherme Reis de Miranda; *designer* de interiores especialista em *design* universal; Leônidas Abreu Rabelo de Vasconcelos Bisneto, membro da Torcida Cruzeiro Eficiente; Antônio Alves, diretor de relações institucionais da Associação Eclética de Aposentados e Pensionistas; e Carlos Henrique Ferreira Gonçalves, pai de criança com deficiência, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Liza Prado, Presidente - Gustavo Valadares - Glaycon Franco.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013**

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.707, 5.757 e 5.759/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Adalclever Lopes (2) em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER/MG pedido de providências para instalar uma passarela na Rodovia MG-424, na altura do Distrito de Dr. Lund, no Município de Pedro Leopoldo; e seja realizada audiência pública no Município de Matozinhos para debater as obras de reforma da Rodovia MG-424; Rogério Correia, em que solicita audiência pública conjunta da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Direitos Humanos para debater as demissões ocorridas na Cemig Serviços S. A.; a solução para a situação dos trabalhadores demitidos, e o impedimento do acesso do deputado Rogério Correia, representando a Comissão de Direitos Humanos, ao local das manifestações; Carlos Pimenta em que solicita seja realizada audiência pública para debater a viabilidade da construção da ponte sobre o Rio São Francisco, para ligar o Projeto Jaíba ao Município de Itacarambi; Adelmo Carneiro Leão e Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita seja encaminhado à



presidência da Câmara dos Deputados, à presidência do Senado Federal e ao diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, no dia 2/10/2013, que debateu o programa de rádio "A Voz do Brasil"; e seja encaminhado ao ministro das comunicações pedido de providências para a manutenção entre 19 e 20 horas do horário de transmissão obrigatória do programa de rádio "A Voz do Brasil"; Adalclever Lopes, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivair Nogueira (2) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que sejam realizadas as seguintes melhorias nas linhas intermunicipais que atendem o Município de Igarapé: extensão da linha até a rodoviária de Igarapé; ampliação do quadro de horários, especialmente nos horários de pico; melhoria das condições de segurança e conforto dos veículos; fiscalização do cumprimento do quadro de horários, do itinerário e das condições de segurança; revisão do preço das tarifas e a garantia da presença de trocadores nos veículos; e sejam encaminhadas ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas e às empresas Viação Novo Retiro e Expresso Lagoense as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, no dia 7/10/2013, no Município do Igarapé, que debateu o transporte intermunicipal de passageiros. E foram rejeitados os requerimentos do deputado João Vítor Xavier em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao diretor-geral do DER-MG e ao diretor-geral da BHTrans pedido de providências para que seja realizada a fiscalização do transporte individual de passageiros realizado por táxis do Município de Belo Horizonte para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves; e seja encaminhado pedido de providências ao Governador do Estado de Minas Gerais para que seja realizado convênio entre o Estado, através do DER-MG, e os Municípios de Belo Horizonte, Confins e Lagoa Santa, em conjunto ou individualmente, com o objetivo de se realizar a integração entre os táxis, nos moldes do táxi metropolitano. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Adalclever Lopes, presidente - Célio Moreira.

### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nºs 4.425/2013 (Tenente Lúcio); e 4.478/2013 (Marques Abreu). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.704, 5.710 e 5.840/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do deputado Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.061/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Estadual de Juventude – Siejuve. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Marques Abreu, presidente.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Perrella e Almir Paraca, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita que os membros da comissão presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a qualificação profissional e a economia criativa e seus impactos no setor turístico, e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo*, em 27/9/2013: ofício do sr. José Epiphânio Camillo dos Santos, diretor-presidente do Centro de Integração Empresa-escola de Minas Gerais, agradecendo o acolhimento de contribuição dessa entidade relativa ao Projeto de Lei nº 3.869/2013, do governador do Estado, transformado na Lei nº 20.826, de 31/7/2013. Registra-se a presença do deputado Dalmo Ribeiro Silva. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marina Pacheco Simião, gerente do projeto Minas Criativa; Maria Flávia Vanucci de Moraes, coordenadora do Projeto Institucional Cultura e Desenvolvimento da Uemg; e Ana Flávia Machado, professora associada do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG; e os Srs. Hans Eberhard Aichinger, especialista educacional do Senac; Eberhard Hans Aichinger, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Estrada Real; Marcelo Alcântara Prates, coordenador de turismo do Senac; Danilo Simões Coelho, coordenador do curso de gastronomia da Faculdade Estácio de Sá; Celmar Ataídes Junior, diretor de Promoção e Extensão Cultural da Faop; Nelson Antonio Quadros Vieira Filho, coordenador de projetos nas áreas de Turismo e Economia Criativa da Fundação João Pinheiro. que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates,

segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos.

### **ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013**

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.375/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as propostas de emendas. Submetidas a votação são rejeitadas as propostas de emenda. Em seguida, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.720/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.467; 5.702; 5.703; 5.711; 5.712; 5.734; 5.735; 5.736; 5.741; 5.742; 5.743; 5.744; 5.745; 5.746; 5.747; 5.748; 5.749; 5.750; 5.751; 5.752; 5.758; 5.760; 5.761; 5.762; 5.828; 5.835; 5.836 e 5.838/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados em que solicita Sargento Rodrigues (3), em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, pela iniciativa de aprovação da portaria que dá competência aos comissários para fiscalizar o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos em bares e casas noturnas; seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.056/2013, que institui a gratificação por apreensão de arma de fogo no Estado e dá outras providências; seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, com a participação do juiz da Vara da Infância e da Juventude, Marcos Flávio Lucas Padula, com a finalidade de debater a portaria que dá competência a comissários para fiscalizar o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio.

### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013**

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Raimunda Helena Nahun Gomes, chefe de gabinete do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra -, que informa sobre a existência da *Câmara de Conciliação* formada pelo Incra e o Instituto Chico Mendes, criada com o objetivo de resolver os conflitos de reassentamento de famílias que se encontram no interior da reserva biológica da Mata Escura, localizada no município de Jequitinhonha; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Afonso Vaz de Oliveira, presidente do Rural Minas (21/9/2013). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.117/2013 (deputado Fabiano Tolentino); 4.366/2013 (deputado Paulo Guedes); e 4.524/2013 (deputado Romel Anízio), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.261, 4.263 e 4.377/2013, sendo os dois últimos aprovados com a Emenda nº 1, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.687 e 5.739/2013. Em seguida, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.021, 4.054, 4.087, 4.099, 4.191, 4.262, e 4.265/2013. Registra-se a presença do deputado Inácio Franco, que se retira logo em seguida. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados André Quintão e





Zé Maia em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta da comissão, da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no Município de Paraguaçu, para debater a proposta de revisão das ações do exercício de 2014 do PPAG 2012-2015, no âmbito da Rede Desenvolvimento Rural e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar; e do deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta de revisão das ações do exercício de 2014 do PPAG 2012-2015, no âmbito da Rede Desenvolvimento Rural e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino – Inácio Franco – Romel Anízio.

### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Duílio de Castro e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o quadro da regulamentação dos serviços de mototáxi e motofrete no Estado e a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, publicado no *Diário do Legislativo*, em 3/10/2013. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.481 e 4.482/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Bosco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.774, 4.307, 4.326, 4.422, 4.445, 4.450, 4.452, 4.453 e 4.464/2013, que receberam parecer por sua aprovação, não se registrando voto contrário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Lafayette de Andrada em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o possível fechamento da unidade de Barbacena da Companhia Têxtil Ferreira Guimarães, em decorrência de liquidação judicial; da deputada Rosângela Reis e dos deputados André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta comissão e das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, no Município de Araçuaí, para debater, em audiência pública, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015 no exercício de 2014, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção; e da deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015 no exercício de 2014, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção. Ato contínuo, é recebido pela presidência, para ser apreciado em reunião posterior, requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 2.664/2011, que regulamenta o exercício da profissão de gestor ambiental, de autoria do deputado Arnaldo Jardim, em tramitação na Câmara dos Deputados. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalho de Minas Gerais; e os Srs. Donizete Antônio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Mototaxistas, Motofretistas e Ciclistas Autônomos do Estado de Minas Gerais; e Evaldo da Silva Cruz, presidente do Sindimoto de Sete Lagoas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Celinho do Sintrocell, presidente.

### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013**

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Adalclever Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofícios da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-Ute-MG, encaminhando várias solicitações decorrentes das reuniões de audiência pública dos dias 13 e 16 de setembro de 2013, e do Sr. Lincoln Emanuel de Melo, presidente da Ames-BH, relatando que sofreu uma tentativa de expulsão de sua própria escola por parte de uma funcionária do Instituto de Educação de Minas Gerais e solicitando ainda que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa apure o caso e tome as medidas cabíveis; e de ofícios publicados no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: dos Srs. Waldinei Alves Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São Lourenço; Júlio Cesar Martins Magalhães, presidente da Câmara Municipal de Bom Sucesso; da Câmara Municipal de Passos; e da Sra. Vera Lúcia Guardieiro, prefeita municipal de Conquista (27/9/2013); e da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Estado



de Educação, e do Sr. Cláudio Augusto Boschi (2), presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – Minas Gerais (3/10/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 4.298, 4.300 e 4.388/2013, que receberam pareceres por sua aprovação, votando “sim” os deputados Duarte Bechir, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz, não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 5.605, 5.610, 5.708, 5.709, 5.827 e 5.831/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Bosco (3) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providência para alteração do Decreto n° 45.599, de 11/5/2011, que dispõe sobre o Programa de Educação Profissional – PEP –, de modo a permitir a participação de alunos no regime semipresencial; seja realizada audiência pública da comissão para debater as dificuldades financeiras e operacionais da Fundação de Educação para o Trabalho – Utramig; seja realizada visita à sede da Utramig para verificar denúncia de que a instituição de ensino passa por dificuldades financeiras e operacionais que comprometem a qualidade do ensino; da deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao prefeito de Betim pedido de providências para que implemente, com urgência, o Programa Escola Integral no município; do deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada visita ao acampamento organizado pelo Sind-UTE-MG para ouvir as reivindicações da categoria e intermediar o processo de negociação junto ao governo do Estado, emendado pelo Deputado Sávio Souza Cruz, incluindo o acompanhamento da Tv Assembleia à visita; da Deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Bosco e Elismar Prado em que solicitam seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de providências para alteração do Decreto n° 46.206, de 2013, de modo a garantir o direito dos diretores de escolas públicas estaduais de recebimento dos acréscimos remuneratórios devidos pelas certificações ocupacionais desde 2005 até esta data; dos deputados Duarte Bechir, André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta comissão com as Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária no Município de Ubá para debater, em audiência pública, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da rede Educação e Desenvolvimento Humano; da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Rogério Correia (3) em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja enviado o projeto de lei, conforme acordo firmado no ano de 2011 com esta Casa, que concede anistia aos profissionais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, integrantes do quadro de pessoal das Leis n°s 15.293, de 5 de agosto de 2004, e 15.784, de 27 de outubro de 2005, que aderiram ao movimento grevista reivindicatório nas paralisações realizadas nos dias 24/2, 29/3, 19/4, 4/5, 11/5 e 31/5, no período de 8/6 a 28/9 e nos dias 26/10, 10/11 e 22/11 de 2011, e nos dias 14/3, 15/3, 16/3, 5/9 e 26/9 de 2012; seja realizada reunião com a participação de representantes do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado e outros convidados para debater, em audiência pública, a aplicação, pelo Estado, de 25% da receita resultante de seus impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o plano de carreira dos cargos de analista educacional (carreira de nível superior) e de assistente técnico educacional e de assistente educacional (carreira de nível médio), tendo em vista que a legislação que dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de educação contempla apenas a docência ou o apoio à docência nas instituições de educação; do deputado Duarte Bechir (2) em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da rede Ciência, Tecnologia e Inovação; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da rede Educação e Desenvolvimento Humano; da deputada Liza Prado e dos deputados Duarte Bechir e Duílio de Castro em que solicitam seja realizada visita conjunta desta comissão com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a finalidade de participar do ato de apoio às Apaes no Município de Sete Lagoas. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os requerimentos dos deputados Duarte Bechir, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz em que solicitam seja encaminhado a Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações de gestores e servidores de escolas estaduais contra a livre organização estudantil, direito garantido pela Lei n° 12.804, de 12 de janeiro de 1996, conforme denúncias apresentadas pelo Presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte - Ames-BH - Lincoln Emanuel de Melo; Duarte Bechir, Rogério Correia, Sávio Souza Cruz e Adalclever Lopes em que solicitam seja encaminhado pedido de providências a Secretaria de Estado de Educação para que, em parceria com o referido município, proceda à imediata reforma do prédio que abriga a Escola Municipal Professor Boanerges de Araújo Netto e a extensão da Escola Estadual Guilhermino de Oliveira; da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Programa de Intervenção Pedagógica; do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, eventual descumprimento da Lei n° 13.410, de 1999, que assegura a livre organização estudantil. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Duarte Bechir, presidente - Maria Tereza Lara – Bosco.

## **ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/10/2013**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR) e Inácio Franco (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da



reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.189 e 4.214/2013 são retirados da pauta por não cumprirem pressupostos regimentais e o Projeto de Lei nº 4.540/2013 por haver sido apreciado em reunião anterior. O presidente determina a distribuição em avulso do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 29 a 42 e 44 a 55 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, da Emenda nº 2, incorporada ao Substitutivo nº 3, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, apresentados ao Projeto de Lei Complementar nº 41/2013; e dos Projetos de Lei nºs 2.349/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública (relator: deputado Lafayette de Andrada); e 4.454/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Zé Maia); e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3 apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.879/2013, no 1º turno (relator: deputado Zé Maia). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Rosângela Reis e dos deputados André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta, no Município de Araçuaí, com as comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção; e dos deputados Duarte Bechir, André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta, no Município de Ubá, com as Comissões de Participação Popular e de Educação, Ciência e Tecnologia, para debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da Rede Educação e Desenvolvimento Humano. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 15/10/2013, às 14h30min, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Romel Anízio - Bonifácio Mourão - Sebastião Costa.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/10/2013**

Às 16h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, João Vítor Xavier e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. O presidente recebe, para posterior aprovação, requerimento do deputado Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os reflexos das Resoluções nºs 414/2010 e 480/2012, da Aneel, que determinam a transferência ao poder público municipal dos ativos de iluminação pública e estabelece os procedimentos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública em Esmeraldas, para debater os serviços de saneamento básico e de energia elétrica prestados no município; Sávio Souza Cruz, Célio Moreira e Gustavo Perrella em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Minas e Energia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater proposta de revisão das ações do exercício 2014 do PPAG 2012-2015, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Sávio Souza Cruz e Pompílio Canavez (4) em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações e de envio de relatório de monitoramento de aquíferos localizados nos Municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá a esta comissão e às prefeituras e câmaras municipais desses municípios ou explique as razões de tal monitoramento não ser realizado; em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre a existência de estudos e ações de preservação das nascentes e das áreas de recarga localizadas nos Municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá; em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre a existência de estudos geológicos das áreas exploradas e de recarga e de estudos do potencial de produção, venda e logística de distribuição para exploração de águas minerais nos aquíferos localizados nos Municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá; e em que solicitam seja encaminhado ao diretor-presidente da Codemig pedido de informações sobre o repasse ao Município de Caxambu de *royalties* decorrentes da exploração das águas minerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária que ocorrerá no dia 16/10/2013, às 16 horas, no Plenarinho II desta Casa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Bosco, presidente - Glaycon Franco - Vanderlei Miranda.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 18/10/2013, destinada a homenagear a Consul - Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas Ltda., do Município de Ipatinga, pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 17 de outubro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Itamonte, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 3.687/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Célio Moreira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2013, às 14 horas, no Plenário desta Casa, com a finalidade de debater implantação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca em Minas Gerais, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, João Vítor Xavier e Juarez Távora, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 15h30min, no salão nobre, com a finalidade de debater os reflexos das Resoluções nºs 414, de 2010, e 480, de 2012, da Aneel, que determinam a transferência ao poder público municipal dos ativos de iluminação pública e estabelece os procedimentos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Frutal, com a presença de convidados, com a finalidade de ouvir os comitês de bacia de forma regionalizada, discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Almir Paraca, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, João Vítor Xavier e Juarez Távora, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2013, às 9 horas, no auditório desta Casa, com a finalidade de debater o custo da energia elétrica no Estado para consumidores residenciais urbanos e rurais.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****TERMO DE CREDENCIAMENTO CTO/148/2013**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Oftalmoclínica Rui M. Marinho Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: cinco anos a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CREDENCIAMENTO CTO/150/2013**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Laboratório de Análises Clínicas Humberto Abrão Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: Inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.